

Inter pretende evolução na continuidade

Num ambiente reconhecidamente democrático, representantes de 51 direcções sindicais, reunidas na Faculdade de Letras de Coimbra, aprovaram ao fim da tarde de ontem um importante documento no qual sintetizam as suas posições face ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade.

Numa análise lúcida e exaustiva da actual situação do movimento sindical português, os sindicatos, que retomam os princípios consignados na «Carta Aberta», procedem a uma desmontagem da reunião geral de sindicatos promovida pelo secretariado da Intersindical no passado dia 4, e denunciam a «evolução na continuidade» que este pretende imprimir à central única.

O documento reafirma a disposição dos sindicatos aderentes à «Carta Aberta» de prosseguir intransigentemente a sua luta por uma central sindical única, democrática e independente, ao mesmo tempo que repudia qualquer hegemonia no seio da Comissão Organizadora

e exige a presença dos órgãos de Informação em todas as faces do Congresso.

Em tom extremamente vigoroso, os sindicatos criticam a «actuação golpista e chantagista daqueles que controlam» a Intersindical Nacional, que é classificada de «organização antidemocrática que não é nem nacional nem dos trabalhadores portugueses».

Entretanto o público pôde assistir ontem, no programa televisivo «Terça à noite», a um debate sobre o Congresso dos Sindicatos que pôs frente a frente representantes da Comissão de Redacção da «Carta Aberta» e da linha político sindical do secretariado da Inter. Secretariado que habilmente preferiu não entrar directamente no «jogo», fazendo avançar antes dois dos seus peões. Apesar de morno, foi possível iniciar a discussão das grandes divergências existentes no movimento sindical sendo de esperar que a RTP venha a retomar brevemente esta iniciativa.

(PAGS. 9 e 16)

51 sindicatos denunciam em Coimbra:

Data 15/9/76

«Evolução na continuidade» é o objectivo da Inter

* Reafirmada a disposição de lutar por uma central única

«O último plenário de direcções sindicais promovido pela Intersindical — e as «decisões» nele tomadas — constituem mais uma manobra de cisão, que não pode considerar-se sem precedentes, visto que esse foi, é, e continuará a ser o modo de actuação golpista e chantagista daqueles que controlam essa organização antidemocrática que não é nem nacional nem dos trabalhadores portugueses — a Intersindical» — este é um extracto de um importante documento aprovado na reunião dos sindicatos afectos à «Carta Aberta», que ontem terminou em Coimbra.

O referido documento, cuja discussão se iniciou na véspera, veio ontem a ser aprovado por maioria, com algumas alterações em relação ao texto original. Será bom que se assinale, desde já, que o número de sindicatos da linha da «Carta Aberta» presentes na segunda jornada do encontro, subiu de 48 para 51, tendo surgido a necessidade de transferir os trabalhos para um anfiteatro mais amplo da Faculdade de Letras.

DO DOCUMENTO APROVADO

Intitulado «Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores, Congresso Democrático de todos os sindicatos, para a Unidade, contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão», o documento a dado momento assinala:

«(...) Numa manifestação ao mesmo tempo de fraqueza e de arrogância, a Intersindical fez «aprovar» nesse plenário uma Comissão Nacional Organizadora Provisória em que se inclui sindicatos democráticos que não só não estavam presentes como tinham denunciado e repudiado publicamente as decisões e as intenções de tal plenário. (...) Os sindicatos democráticos reafirmam a sua firme determinação de lutar por um Congresso democrático de todos os trabalhadores portugueses, de lutar pela criação de uma Central Única, democrática, controlada pelos trabalhadores, e repudiam essas manobras de pressão, de chantagem, de golpe de mão e de cisão que o Secretariado da Intersindical persiste em utilizar como o sua arma preferida. Não será com a cobertura dos sindicatos democráticos que a Intersindical renascerá do seu descrédito para pôr de pé uma política que firmemente combatemos.»

E mais adiante, pode ler-se:

«O objectivo prosseguido pelo Secretariado da Intersindical, ficou mais uma vez provado não ser a realização de um Congresso democrático e a constituição de uma Central Sindical Única e democrática de todos os trabalhadores portugueses, mas sim: Reanudar uma organização antidemocrática, constituída por decreto governamental, e confirmada num Congresso familiar que os trabalhadores e a imensa maioria das direcções sindicais desconhecaram, em que não participaram e repudiaram; manter inalterável, no essencial, uma organização que se evidenciou na instrumentalização que sempre quis fazer das justas reivindicações dos trabalhadores, e nos ataques e calúnias sobre os trabalhadores cujas lutas não faziam parte dos seus planos ou não lhe permitiam um aproveitamento político e partidário que nada tinha a ver com a conquista dos objectivos que levavam os trabalhadores a lutar; reanudar uma organização que, por tudo isto, os sindicatos democráticos desde sempre claramente definiram como antidemocrática e não representativa dos trabalhadores nem ao seu serviço.»

«Evolução na continuidade» é o que Intersindical pretende obter ao fazer «aprovar» a realização de um «Congresso» de todos os sindicatos portugueses, pela Unidade dos trabalhadores, pela reestruturação da «Intersindical Nacional — Central Sindical Única dos Trabalhadores Portugueses». Mais uma vez é com palavras de «Unidade» que eles pretendem fazer passar mais esta arrogante e provocatória manobra de cisão — situação actualmente existente, que eles pretendem escamotear perante os trabalhadores e de que são os únicos responsáveis.»

CONCLUSÕES

Após tecer considerações sobre a actuação da «Inter» em todo este longo processo, o documento conclui:

«Assim, os sindicatos democráticos reunidos em Coimbra, nos dias 13 e 14 de Setembro, tomam as seguintes decisões:

a) Repudiam as manobras cionistas e a manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical;

b) Reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Única, Democrática e Independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço;

c) Não permitirão que a Comissão Nacional Organizadora do Congresso Nacional de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical, e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais de expressão no actual movimento sindical português;

d) Exigem que todas as fases de preparação do Congresso de todos os sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria CNO denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou deturpados da imprensa reaccionária;

e) Exigem que o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões;

f) Divulgar amplamente este documento e promover uma ampla discussão de todas estas discussões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política actual.»

DAS MOÇÕES

Para além do documento que já citámos, foram igualmente propostas diversas moções, algumas delas geradoras de acesa discussão entre os participantes, como tivessem sido a que exprimeia condolências pela morte de Mao Tsé Tung e a de pesar pela morte do dirigente sindical chileno Figueiroa, ambas finalmente aprovadas. É evidente que a controvérsia surgida, fruto da diversidade de quadrantes ideológicos onde se situam os intervenientes pode-se considerar natural, lógica e salutar. Quem combate o monolitismo é pelo diálogo...

DOS NÚMEROS...

No final da sessão, que se prolongou até ao princípio da noite, o dirigente sindicalista Vítor Hugo Sequeira, dos Escritórios de Lisboa, que ontem orientou os trabalhos, prestou declarações aos jornalistas.

Relativamente ao documento aprovado, afirmou:

«É uma denúncia muito válida, muito concreta, que exprime questões muito correctas, de que todos os trabalhadores portugueses têm de tomar conhecimento, para se mobilizarem em torno da «Carta Aberta», como único elemento do Movimento Sindical Português capaz de levar por diante a construção da unidade de todos os trabalhadores.»

Quanto ao levantamento sindical efectuado, opinou:

«Sabemos, pelos números divulgados pela Intersindical, que existem 342 Sindicatos; sabemos que estão filiados na Intersindical 190, mas também sabemos que muitos deles já abandonaram a Inter e outros estão numa linha de contestação. Segundo a Inter, no último plenário que promoveu, estiveram presentes 167 organizações sindicais, mais de 30 delas não filiadas na Inter, pelo que se conclui que mais de 170 direcções sindicais não participaram nessa reunião. Por outro lado, mais de 60 já se pronunciaram pela declaração de princípios da «Carta Aberta», havendo, portanto, mais de uma centena de direcções sindicais que ainda não divulgaram qual a sua posição face ao Congresso.»

Registe-se que o segundo ponto da Ordem de Trabalhos, que dizia respeito ao levantamento dos sindicatos a que Vítor Hugo Sequeira atrás aludiu, não ficou esgotado no encontro, tendo sido aprovada uma moção no sentido de que os encarregados de fazer a sua inventariação, a apresentem no prazo de oito dias, de forma e que ela sirva de base ao estabelecimento dos futuros contactos.

Assinale-se, por último, que foram recebidos telegramas de apoio de alguns sindicatos ausentes dos debates.

15 SET. 1976

Em vésperas de ofensiva do PCP nos meios laborais

Sindicatos democráticos declaram «guerra»

Os representantes de cerca de cinquenta sindicatos da linha democrática afectos à "Carta Aberta", reunidos nos últimos dois dias em Coimbra, aprovaram por maioria absoluta um documento em que é feita, da forma mais dura por eles adoptada até hoje, uma análise-denúncia da estrutura e actuação anti-democráticas da Intersindical, do seu Secretariado e organismos solidários, que, juntamente com outras decisões então tomadas, poderá marcar o início de um período de "guerra" entre as principais forças do movimento sindical português.

Com efeito, além dessa análise (que não poderemos divulgar ainda hoje devido à sua extensão), aqueles sindicalistas rejeitaram todas as propostas aprovadas no plenário de sindicatos realizado no dia 4, por convocação da Intersindical (em que não participaram, pelas razões ontem reafirmadas por dois dos seus mandatários no debate organizado pela R.T.P.) e delegaram na comissão de redacção da "Carta Aberta" poderes para elaborar — depois de contactar os "Sindicatos democráticos" — projectos de regulamento do Congresso de todos os sindicatos portugueses para a unidade e de estatutos da futura central única democrática e autónoma, os quais deverão ser discutidos e eventualmente aprovados em plenário a convocar.

A divisão já existente (considerada impossível ultrapassar pelo menos por ora), é fortemente abalada numa altura em que cerca de um terço dos sindicatos portugueses ainda não se pronunciou pela adesão a qualquer das tendências em confronto (principalmente por desinteresse ou falta de esclarecimento acerca das duas posições). Para qualquer daquelas forças é fundamental a captação "desses indivíduos", bem como o reforço de posições nos sindicatos em que exercem influência, acompanhado do destronar da linha opositora em outros sindicatos.

Mobilização dos trabalhadores

Os "sindicatos democráticos", que afirmaram a importância fundamental de uma maior mobilização e esclarecimento de todos os trabalhadores portugueses acerca da causa que defendem em prol da unidade, não ignoram, contudo, que o seu nível de organização é diminuto, confrontando com a poderosa e complexa estrutura de apoio à linha do Secretariado da "Inter", pelo que se reveste da maior importância a adesão que os democratas portugueses começam a dar à sua luta o que começa a verificar-se. A

nova reunião em Coimbra contou com a presença de mais dezoito sindicatos do que a anterior (realizada apenas três semanas antes), apesar de três organizações sindicais se terem entretanto desvinculado dos princípios da "Carta Aberta" — resultado de a linha da "Inter" iniciar nova ofensiva, acusando os aderentes à "Carta Aberta" de "abrirem caminho ao fascismo".

Em face destas posições, a realização de um Congresso de todos os sindicatos para a unidade está, por enquanto, claramente comprometida, prevendo os sindicatos democráticos ser possível dentro de meses, através da consciencialização dos trabalhadores, assumir uma posição maioritária no movimento sindical. Tal maioria comprometeria a estratégia da linha da "Inter", que teria de aceitar uma posição minoritária na central única ou de tomar a iniciativa de criar uma segunda central sindical, actuação que preferiria ver ser desenvolvida pelos sindicatos democráticos.

O papel do PC

Todavia, a anunciada ofensiva da linha PCP nos meios laborais poderá vir a dificultar a actividade daqueles Sindicatos apesar de contribuir para a respectiva união. Não só pelo grau de profissionalismo dos seus sindicalistas, mas também

pela sua estrutura, a linha da "Inter" — so uma aparência "moderada" — poderá vir a beneficiar do facto de estarem em negociações (ou por negociar), contratos colectivos de trabalho de muitos sindicatos, alguns dos quais do grupo dos "indecisos". Sensíveis aos apoios (materiais também) prestados pela "Inter", os trabalhadores desses sindicatos, apanhados desprevenidos, poderão permitir o alargamento da implantação daquela corrente, reforçando o bloco de oposição ao Governo. Este está, entretanto, numa posição delicada, pois não poderá activar nos próximos meses, enquanto a ofensiva do PCP tiver lugar, o processo de ilegalização da Intersindical. No momento actual, semelhante procedimento só viria dar mais força àquela central, cujos dirigentes assumiriam, então, junto dos menos informados, o papel de vítimas. Além disso, essa ilegalização, a concretizar-se, só poderá ter lugar numa altura em que a linha da "Inter" já não tenha posição maioritária no movimento sindical, permitindo a realização de um congresso democrático. Caso contrário o Governo e os trabalhadores seriam os principais prejudicados.

J.T.R.

Reunidos em Coimbra

Decisões dos Sindicatos da "Carta Aberta"

COIMBRA — Terminaram ontem, com a aprovação do documento «Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores, para um congresso democrático de todos os sindicatos para a unidade, contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão», os trabalhos plenários dos 50 sindicatos subscritores e aderentes da «Carta Aberta», que decorreram no anfiteatro 3 da Faculdade de Letras. Este extenso texto começou ontem a ser discutido, mostrando ter praticamente o consenso geral. Todavia, e por aparecimento de uma outra proposta inicialmente subscrita pelo Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, foi necessário prolongar a sua apreciação, que viria a terminar a meio da tarde de ontem.

Adoptado como conclusão do plenário, bem como decisão base, os sindicatos ali pre-

sentes «repudiam as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguida pela Intersindical»; «reafirmam a sua disposição de prosseguir na luta pela edificação de uma central sindical única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço»; «não permitirão que a C.N.O. do congresso democrático de todos os sindicatos seja minoritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português»; «exigem que todas as fases de preparação e realização do congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura

(Continua na 7.ª página)

Reunidos em Coimbra

Sindicatos da "Carta Aberta" contestam a "Intersindical"

(Continuado da 1.ª página)

à imprensa, competindo aos trabalhadores, às suas organizações e à própria C.N.O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária».

Exigem ainda os sindicatos reunidos em Coimbra «que o congresso de todos os sindicatos para a unidade se realize em data e com prazo que garanta a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões».

Em última decisão é exposto que esse documento deverá ser largamente divulgado e permitir «uma ampla discussão de todas as questões entre os seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o congresso dos sindicatos assume na situação política actual».

A tónica essencial da introdução às decisões apresentadas, é a crítica acesa à Intersindical, nomeadamente no que se refere à sua actuação junto dos trabalhadores e ainda no decurso da reunião do Instituto Superior Técnico. Fundamentalmente e como se verificou ao longo dos dois dias de reunião dos sindicatos da «Carta Aberta» estes recusam qualquer colaboração com a C.N.O.P., bem como qualquer tipo de relações com a Intersindical, «acentuando sempre que esta «tem um comportamento desonesto, métodos antidemocráticos e golpistas».

Durante a demorada discussão desta proposta e no decurso das numerosas intervenções que se verificaram, os trabalhadores manifestaram sempre que qualquer um dos textos sujeitos a votação deveria traduzir «a unidade dos sindicatos e a sua vontade de chegar a posições concretas e correctas».

Durante as divergências que surgiram, um dos intervenientes chamou a atenção do plenário para a necessidade de se esclarecer os trabalhadores devidamente, por forma a que estes achassem resposta à questão que lhes é posta: «de que lado está a verdade?».

Foi ainda acentuado que «as divergências políticas é que fazem deste plenário um plenário saudável, pois caso contrário seguiríamos as passadas da Intersindical».

Registe-se, entretanto, que a segunda proposta em discussão e cujas linhas eram idênticas ao texto Conclusões foi aprovado para divulgação pelas direcções sindicais se acharem nisso conveniência.

Entrou-se seguidamente e dentro do plano de trabalhos estabelecido na discussão do ponto referente à «actuação futura» e para a qual foram de imediato apresentadas a mesa coordenadora cinco propostas. O teor desses documentos considerado como fazendo parte das conclusões do encontro, diz respeito sobretudo à necessidade de se proceder à criação de estatutos da futura central sindical única, ao projecto para regulamento do congresso, à criação de um futuro fundo

ONTEM, EM COIMBRA

"Carta aberta" ataca a Inter e mantém pontos de clivagem

Reunidos em torno do grupo da Carta Aberta, cerca de meia centena de sindicatos reafirmaram nos dois últimos dias em Coimbra, a sua incompatibilidade com os princípios que norteiam a organização do próximo Congresso de todos os sindicatos, decidida em Lisboa no passado dia 4 por 194 organizações sindicais representando cerca de um milhão e 400 mil trabalhadores portugueses.

Num clima de debate caracterizado por críticas acerbas ao Secretariado da Intersindical e à Central Única, os sindicalistas presentes em Coimbra insistiram no princípio da paridade como forma de constituir

a comissão organizadora do Congresso, que caracterizam como democrático. Assim, exigiram que nela «participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português, recusando-se a reconhecer a comissão nacional organizadora provisória (CNOP) já existente».

A diversidade dessas linhas, para a comissão da Carta Aberta, polariza-se em torno de dois sectores, que, em seu entender, deverão estar representados paritariamente na comissão organizadora do Congresso: o dos sindicatos defensores da unidade e o dos defensores da unidade. Tal distinção,

carece, no entanto, de qualquer base científica, e a sua aplicação revelar-se-ia irrealista — tem invocado o conjunto do movimento sindical.

Na verdade, como entre os sindicatos da Carta Aberta se encontraram a maioria dos defensores da unidade (linha afecta ao P.S., P.P.D., etc.) e alguns defensores da unidade (linha afecta ao M.R.P.P.), a aplicação do princípio da paridade levaria obviamente à hegemonia da linha de Coimbra, francamente minoritária no conjunto do movimento sindical e na representação dos trabalhadores portugueses.

Isso não impede que os sindicatos de Coimbra, por sugestão dos Ourives do Sul, Telefonistas de Lisboa, e Caixeiros de Leiria (entre outros sindicatos subscritores da proposta ontem aprovada) afirmem a intenção de não permitir que a comissão organizadora do Congresso «seja maioritariamente controlada por qualquer forma política ou linha sindical».

O encontro de Coimbra (o quinto), realizado, mais uma vez, independentemente dos trabalhos de organização do

Congresso, que já estão em curso sob orientação de uma comissão organizadora provisória da qual os sindicatos da Carta Aberta se recusaram a fazer parte, deliberou insistir nos pontos de clivagem preexistentes, nomeadamente:

— exigir que «todas as fases de preparação do Congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à imprensa»;

— Protelamento do Congresso, invocando a necessidade de «prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões»;

— Considerar a Intersindical como «factor de cisão»;

— Não reconhecimento da CNOP;

— E o já referido princípio da «paridade».

Dado o teor do documento então aprovado (que, segundo um porta-voz da CNOP, não só é insultuoso para esta comissão, para a Central Sindical e o seu Secretariado, como para os próprios trabalhadores), é de esperar, nas próximas horas, a divulgação de uma posição crítica da comissão organizadora do Congresso.

P. Not
15/9/76

DLx 15/9/76

X. 15/9/76

«CARTA ABERTA» EM COIMBRA REAFIRMA DISPOSIÇÃO DE LUTA CONTRA A INTER E COMISSÃO ORGANIZADORA PROVISÓRIA

COIMBRA — Terminou ontem, nesta cidade, a reunião dos dirigentes sindicais que apoiam a redacção da chamada «Carta Aberta», reunião que se prolongou por dois dias com a participação de cerca de meia centena de Sindicatos.

Assim, pode inferir-se deste encontro que a posição destes sindicalistas em relação à Intersindical é nacional e mais radicalizada, evidenciada por um propósito claro de não só reconhecerem como representativa dos trabalhadores portugueses como a anuírem a quaisquer contactos com vista a uma reestruturação do movimento sindical.

Da parte da manhã, e após a aprovação de um extenso documento, que consubstancia praticamente as conclusões do encontro, entrou-se no ponto da ordem de trabalhos «Actuação Futura», que ocupou toda a parte da tarde, tendo sido apresentadas várias propostas e moções, cujo conteúdo, na sua maior parte, já se entregava no espírito do referido documento de fundo.

Este, que foi aprovado pelo plenário por 29 votos a favor, 3 contra e 17 abstenções, subordinado ao título «Por uma ampla mobilização de todos os trabalhadores para um Congresso democrático e de unidade contra a demagogia, o obscurantismo e a cisão», começa por fazer uma análise de algumas decisões tomadas no último plenário da Intersindical, que diz constituírem «mais uma manobra de cisão» e, depois de afirmar que «a Intersindical está isolada dos trabalhadores e não será a demagogia ou a chantagem que a salvarão», acrescenta que, nesse plenário, «numa manifestação ao mesmo tempo de fraqueza e de arrogância, a Intersindical faz «aprovar» uma Comissão

Nacional Organizadora Provisória em que inclui sindicatos democráticos que não só não estavam presentes como tinham denunciado e repudiado publicamente as decisões e as intenções de tal plenário».

E, prosseguindo na exposição, afirmam que «os sindicatos democráticos reafirmam a sua firme determinação de lutar por um Congresso democrático de todos os trabalhadores portugueses; de lutar pela criação de uma central sindical única, democrática, controlada pelos trabalhadores; e repudiam essas manobras de pressão, de chantagem, de golpe e de cisão que o Secretariado da Intersindical persiste em utilizar como sua arma preferida. Não será com a cobertura dos sindicatos democráticos que a Intersindical renascera do seu descrédito para dar pé a uma política que finalmente combateremos».

Referindo-se às divergências existentes ao nível das direcções sindicais, dizem ser apenas o reflexo das divergências que existem ao nível dos trabalhadores, rematando que «a nossa matemática não é igual à da Inter e à daqueles que promovem a sua actuação antidemocrática».

E, mais adiante: «Escondendo dos trabalhadores os seus verdadeiros objectivos, a Intersindical tem o descaimento de pretender seleccionar as linhas sindicais que por não serem do seu agrado, não quer que estejam presentes na Comissão Nacional Organizadora do congresso, e pretende ainda garantir a sua hegemonia absoluta. Com isso, pretende a Intersindical que a C. N. O. não seja mais do que um órgão que dê cobertura às suas manobras para impor um II Congresso em tudo igual ao anterior, utili-

zando os sindicatos democráticos apenas como forças inofensivas que empõem a capa de legitimidade e de democracia aos seus golpes. Pretende ainda que a composição da C. N. O. reflecta já aquilo que ela quer que seja o próximo secretariado da central sindical única — a continuação do seu controlo sobre a Intersindical».

Finalmente, o extenso documento aprovado, apresenta as seguintes decisões: «a) repudiam as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical; b) reafirmam a sua disposição de prosseguir a luta pela criação de uma central sindical única, democrática e independente, controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço; c) não permitirão que a C. N. O. do Congresso democrático de todos os sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical; e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português; d) exigem que todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos para a unidade decorram em completa abertura à imprensa, competindo aos trabalhadores, as suas organizações e a própria C. N. O. denunciarem e combaterem com a verdade os pontos de vista errados ou as deturpações da imprensa reaccionária; e) Exigem que o Congresso de Todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões; f) Divulgar amplamente este documento e promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, mostrando o significado e a importância que o Congresso dos Sindicatos assume na situação política na «Actuação Futura», fo-

Finalmente, das restantes propostas e moções presentes à mesa e dentro da linha «Actuação Futura», foram aprovadas algumas importantes medidas, tais como a elaboração do projecto de regulamento do Congresso; projecto de estatutos par; a constituição da central sindical única; realização de reuniões todos os fins de semana; apoio financeiro, para este tipo de deslocações, a Sindicatos economicamente débeis; criação de um boletim que divulgue a linha tendencial da «Carta Aberta», etc.

Finalmente, e depois de acaloradas reflexões por parte de muitos dos sindicalistas presentes, foram aprovadas duas moções: uma de pesar pela morte do Presidente Mao Tsé-tung, e outra de saudação ao povo chileno e de pesar pelo falecimento de Luís Figueiroa, da C. U. T. chilena.

Luciano 15/9/76

Nada de novo em Coimbra

CRÍTICAS E INSULTOS À INTERSINDICAL

As direcções dos sindicatos subscritores e aderentes à denominada «Carta Aberta» ao Secretariado da Intersindical Nacional aprovaram ontem, no termo de dois dias de reunião, um comunicado pelo qual reafirmam as suas exigências para a participação no próximo Congresso de todos os Sindicatos.

Críticas e insultos ao Secretariado da Central Sindical Única e à qualidade dos trabalhadores portugueses introduzem o comunicado, divulgado ontem ao fim da noite. Segundo aquelas direcções sindicais, «a maioria de que a Intersindical se reclama e a democracia que apregoa são iguais à maioria e à democracia de Salazar e Caetano». Mais ainda, e no que parece ser o reconhecimento implícito da muito maior representatividade do Secretariado da Inter, os sindicatos da «Carta Aberta», que se autotransformam de «democráticos», afirmam que a Intersindical «revela claramente que só tem segurança num única democracia — a da força bruta do número que não pense».

Acusações de «propósitos desonestos», «métodos antidemocráticos» e «golpismos» completam o documento, numa linguagem, aliás, em muito semelhante à usada no encontro dos «trabalhadores» do PPD.

No que respeita às posições concretas quanto à sua participação no congresso, as direcções sindicais da «Carta Aberta» não alteram qualquer das posições já anteriormente assumidas. Assim, «repudiam as manobras cisionistas e de manipulação dos trabalhadores prosseguidas pela Intersindical»; reafirmam «a sua disposição de prosseguir a luta pela edificação de uma Central Sindical Única, Democrática e Independente controlada pelos trabalhadores e ao seu serviço»; «não permitirão que a CNO (Comissão Nacional Organizadora) do Congresso

Democrático de todos os Sindicatos seja maioritariamente controlada por qualquer força política ou linha sindical e exigem que nela participem, sem discriminação, todas as linhas sindicais com expressão no actual movimento sindical português»; exigem que «todas as fases de preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade decorram em completa abertura à imprensa»; exigem que «o Congresso de todos os Sindicatos para a Unidade se realize em data e com prazos que garantam a sua democracia e possibilitem a ampla discussão de todos os trabalhadores em todas as questões».

Por fim, as direcções sindicais, que decidiram ainda promover uma ampla discussão de todas estas questões junto dos «seus associados e dos trabalhadores em geral», aprovaram, por maioria, duas moções de homenagem a Mao Tsé Tung e a Luís Figueiroa, secretário-geral da CUT chilena e ministro do Trabalho do Governo de Unidade Popular de Salvador Allende.

Sindicatos da «Linha Democrática» não participarão nos trabalhos da Comissão Organizadora Provisória

— DECIDE PROPOSTA APROVADA NA REUNIÃO DE COIMBRA

COIMBRA, 14 — «A Intersindical está isolada dos trabalhadores e não será a demagogia ou a chantagem que a salvarão. (...) «E isto porque a sua actuação e a sua direcção tem tanto a ver com os interesses dos trabalhadores como os sindicatos corporativos».

«O objectivo prosseguido pelo Secretariado da Intersindical ficou mais que provado não ser a realização de um congresso democrático e a constituição de uma central única e democrática de todos os trabalhadores portugueses, mas sim reanimar uma organização antidemocrática constituída por decreto governamental e confirmada num «ressou familiar» — afirma o texto emitido pelos subscritores e aderentes da «Carta Aberta» em que se faz a denúncia dos «Métodos da Intersindical».

Estas e outras posições congeneres foram afinadas no centro dos debates terminados hoje em Coimbra, durante um encontro que se realizou, envolvendo representantes dos sindicatos que aderiram à «Carta Aberta».

Foram dois dias em que os sindicatos que contestam o Secretariado da Intersindical e a linha seguida por aquela Central marcaram de novo a sua posição, que fica aliás bem expressa nas palavras com que iniciámos este apontamento. Por isso mesmo, talvez deliberassem elaborar os estatutos da «Central Sindical Única, Democrática e Independente».

A Intersindical, segundo se referiu ao longo dos debates, mais não é do que «uma dívida do gonalvismo ao P.C.P.» não tendo, pois, sob este ângulo de análise, representatividade conferida pelos trabalhadores.

● PROPOSTAS APROVADAS

Ante este segundo encontro dos sindicatos subscritores e aderentes da «Carta Aberta», foram aprovadas, para além da proposta de elaboração do projecto de estatutos para a Central Sindical Única, outras que visam nomeadamente a elaboração do regulamento do congresso de todos os sindicatos para a unidade, e para que as reuniões das organizações da «linha democrática» se passem a efectuar aos fins de semana. Esta proposta mereceu, de cerca de meia centena de sindicatos presentes, um voto contra e oito abstenções e um aviso do Sindicato dos Jornalistas sobre a falta do consenso generalizado de que nem todos estavam de acordo e poderia surgir desmobilização. Mesmo assim, a proposta foi aprovada.

Uma outra proposta, aliás ventilada nos trabalhos de ontem e que os observadores apontavam passível de observação, viria a merecer a do plenário. Trata-se da decisão de os sindicatos da «linha democrática» não participarem em quaisquer trabalhos com a comissão organizadora provisória eleita na R.G.S. promovida pela Intersindical.

Uma última proposta viria a obrigar a Comissão de Redacção a contactar, no prazo de oito dias, os sindicatos encarregados do levantamento sin-

dical, por forma a poder divulgar-lo tão depressa quanto possível, e permitir alargar o leque das organizações de trabalhadores em torno da «Carta Aberta».

● MOÇÕES APROVADAS

Foram também, durante os trabalhos, aprovadas moções que

apontam para «defesa intransigente de uma Central Sindical Única — autónoma, democrática e independente», de defesa dos princípios da «Carta Aberta» e de denúncia «da ampla movimentação no sentido de pressionar as direcções sindicais democráticas a adoptarem a li-

nha de tração da Intersindical».

«A prática divisionista do Secretariado da Intersindical, apontado objectivamente no pluralismo sindical, única forma de manter a dominação sobre os trabalhadores», contrapondo a essa «prática» a reafirmação de «que só a unidade serve os trabalhadores», não deixando pôr em causa «a realização do congresso de todos os sindicatos para a unidade do qual resultará a verdadeira Central Sindical Única, democrática e independente» — foi outra moção aprovada.

Mao Tsé-Tung e o apoio ao povo chileno «oprimido pelo regime fascista de Pinochet» foram tema para mais duas moções que mereceram o consenso do plenário.

Estiveram presentes aos trabalhos representantes de quarenta e nove sindicatos e mais seis e algumas comissões de trabalhadores expressaram o seu apoio às deliberações tomadas, através de telegramas.

OS T.L.P. E O «CONTROLO OPERÁRIO SOBRE A PREVIDÊNCIA»

NOTA OFICIOSA DO MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

DECLARA: «DECRETO-LEI N.º 784/75 NÃO SERÁ REVOGADO E O GOVERNO NÃO CEDERÁ A PRESSÕES OU INTIMIDAÇÕES»

A questão da Previdência suscitada no seio da companhia dos T.L.P. levou o Ministério dos Assuntos Sociais a intervir, através de uma nota oficiosa, que passamos a transcrever:

«Está a ser levada a cabo em certos meios de trabalhadores dos T.L.P., dominados por agitadores esquerdistas, uma campanha criminosa de sedição que, em nome do pretenso «controlo operário sobre a Previdência», ou seja, a administração directa das Caixas de Previdência pelos «próprios trabalhadores através dos seus órgãos de vontade popular, «exige a revogação imediata do decreto-lei n.º 784/75, de 31 de Dezembro, que ordenou o depósito à ordem da Caixa Nacional de Pensões das contribuições das Caixas Sindicais de Previdência e das Caixas de Previdência com entidade patronal contribuinte.

Por parte dos mentores desta agitação, encara-se esta campanha como de «luta contra a burguesia» e promete-se proceder directamente à «aplicação proletária dos dinheiros segundo a vontade dos beneficiários», expressa necessariamente em plenários e assembleias selvagens e tempestuosas.

Realizou-se uma conferência de Imprensa, de que a própria R.T.P. se fez eco nos seus noticiários, com afirmações falsas ou tendenciosas, sem sequer se dar ao trabalho de solicitar junto deste Ministério as confirmações ou esclarecimentos necessários. Distribuíram-se profusamente folhetos e folhas volantes e convocou-se, para quarta-feira, dia 15 de Setembro, um «plenário para tomar medidas visando a luta pela revogação do decreto-lei n.º 784/75».

● MINISTÉRIO ADVERTE PARA FORMAS DE LUTA SELVAGENS OU MANIPULADAS

Entretanto, a nota oficiosa prossegue, afirmando:

«Em face de toda esta campanha sediciosa, que recai sob a alçada do Código Penal, porque incita à desobediência colectiva a leis de interesse e ordem pública, com a força que lhes advém dos princípios consignados na Constituição da República e de se integrar no Governo Constitucional em cujo programa está bem consignada uma política democrática que visa a construção de uma sociedade socialista, o Ministério dos Assuntos Sociais vem advertir os incautos para que se não deixem arrastar para formas selvagens e manipuladas de luta e esclarecer que:

a) Está sempre aberto a todas as modalidades de crítica honesta e construtiva que lhe sejam dirigidas através dos órgãos próprios e representativos, que são os estabelecidos pela legalidade vigente;

b) A construção de um sistema integrado de segurança social é uma exigência de justiça social e do facto de que são cada vez menos as empresas mas o povo em geral que paga os encargos com a Previdência, que, no corrente ano, é deficitária em cerca de 12 milhões de contos;

c) Não se pode admitir o feudalismo corporativo que se traduziria em cada empresa, grupo de empresas, sector ou ramo de actividade autodecretar os benefícios que entenda, criando-se assim injustiças e restantes desigualdades na Previdência, com privilégios gritantes para uns e cadências enormes para outros;

d) A extensão dos benefícios

e o alargamento da segurança tem sido uma constante de todos os governos posteriores ao 25 de Abril e serão intensificados pelo actual Governo Constitucional, sendo a agitação em curso uma acção de sabotagem a esta acção;

e) No que interesse às Caixas de Previdência, já foram tomadas providências pelo secretário de Estado da Segurança Social, através da Caixa Nacional de Pensões, para que os depósitos de contribuições só se façam no excedente às dotações necessárias à satisfação das despesas de cada mês (segundo o que está regulado e legalmente estabelecido, mas sem que a cada uma das Caixas seja dada a Faculdade de fazer aplicações de dinheiros ilegais ou anti-regulamentares), processando-se, assim, os pagamentos dos benefícios como nos sistemas anteriores;

f) O Decreto-Lei n.º 784/75, de 31 de Dezembro, não será revogado, o Governo não cederá a pressões ou intimidações e fará respeitar inexoravelmente a legalidade democrática.»

★ NÃO PARAM DE SUBIR AS DIVIDAS A PREVIDENCIA

Entre os devedores à Previdência, cujas dividas não param de subir inclui-se a Secção de Lotas e Vendagens da Secretaria de Estado das Pescas. A dívida orça os 25 mil contos provenientes dos descontos feitos aos seus trabalhadores do sector de pesca artesanal durante os últimos quatro meses. Aliás, no sector das pescas e das conservas de peixe existem ainda muitos outros devedores ascendendo a muitos milhares de contos os respectivos débitos.

Entretanto, o sector dos vidros deve aquela instituição cerca de 160 mil contos. A caixa neste caso atingida é a Caixa Sindical do Pessoal da Indústria.

legou
15/9/75

Vol
15/5/73

A CARTA ABERTA E AS INTENÇÕES FECHADAS

As últimas semanas da vida sindical portuguesa têm sido marcadas pela ondulação da *carta aberta*, ou seja: um documento publicado em vários órgãos de Imprensa, com a assinatura de algumas direcções sindicais. Mais do que uma ondulação, trata-se, na prática, de um autêntico processo de desestabilização, na cola da projectada anulação da lei da unidade sindical.

Terça à Noite reuniu no estúdio representantes de quatro sindicatos: José Luis Gaspar, dos Escritórios de Lisboa; Vitor Gonçalves, dos Bancários do Sul; José Ernesto Cartaxo, dos Metalúrgicos; e Ruben Rolo, dos oficiais da Marinha Mercante.

O conhecido jornalista que serviu de moderador encontra-se, é notório, e como já se disse, em nítida baixa de forma. Com a maior passividade, permitiu, por exemplo que Vitor Gonçalves interrompesse Ruben Rolo de maneira escandalosa, cortando-lhe a exposição e assumindo, por sua vez e abusivamente, a palavra.

Diga-se que a atitude deste sindicalista provou bem como, na prática, se concretizam certas noções de liberdade...

ASSIM NÃO SE LEVA A CARTA AO GARCIA

Os defensores da linha proposta pelos assinantes da carta aberta não deram boa conta do recado. Baralharam as questões de tal modo que a breve trecho, eles próprios se não entendiam já consigo próprios.

Acham, por um lado, que os problemas dos trabalhadores devem ser discutidos nas orga-

nizações dos trabalhadores — mas o tratamento dado à *carta* que foi *aberta* por todos antes que os trabalhadores a pudessem abrir, desmente o seu propósito...

Os trabalhadores — dizem — devem reunir-se para debater os seus problemas — mas por outro lado recusam-se a enviar representantes à grande reunião do Instituto Superior Técnico...

Não querem ter representantes seus na Comissão Coordenadora do próximo Congresso de todos os sindicatos — depois afirma-se que a Comissão não é representativa... porque eles não estão lá...

Levantam, por exemplo, o problema da falta de democraticidade nas discussões no seio da Intersindical — mas quando Ernesto Cartaxo prova com datas e nomes a existência de democraticidade e a prática da discussão dos problemas, nessa altura o silêncio é a resposta...

O que prova a ausência de estruturas. Não da Intersindical — mas de quem a ataca.

ESTRANHA FORMA DE REDIGIR CARTAS...

...aliás acaba por não se compreender muito bem como é que membros de direcção de sindicatos filiados na Intersindical, tão violentamente venham a opor-se-lhe, em público, não em seu próprio nome deles, mas em representação dessas direcções.

Vejamos:

a) — A maioria dos trabalhadores dos bancos e dos escritórios votaram pela filiação na Intersindical;

b) — os dois sindicalistas são democratas logo, respeitadores da vontade da maioria;

c) — os dois sindicalistas não respeitam a vontade da maioria dos trabalhadores

d) — logo, totalitários são os outros...

e) — Logo, as direcções dos sindicatos podem dar-se ao luxo de agir não em conformidade com a vontade expressa pelos seus afiliados...

O que não deixa de ser uma estranha forma de conceber o sindicalismo...

O PERIGOSO JOGO DAS CARTAS

Que os autores da *Carta Aberta* se apresentem com intenções muito fechadas, eles próprios se encarregam de o provar.

Na sua opinião, a Intersindical existe. Mas não deve ser *reestruturada* porque isso seria admitir que a Intersindical existe, o que não corresponde à verdade. Estão a perceber?

Do que se trata, dizem eles, é de criar, a Intersindical, criar a central única dos trabalhadores. Que se pode chamar ou não Intersindical, provavelmente não se chamaria assim se a meia dúzia significativa de direcções, assinantes da CA, cá tiver ganho a partida...

E porquê, porquê a Intersindical mudaria de nome? Porque, no entender dos sindicalistas presentes (mais propriamente no entender de Vitor Gonçalves) a palavra *Intersindical* tem certas conotações, não sei que *gonçalvismo*, não sei que *golpismo*...

A fraseologia denuncia a origem partidária da conclusão. Que não deixa de ser, pelo menos, peregrina. Mesmo aceitando a explicação daquele bancário, se um indivíduo e uma organização tivessem de mudar de nome de cada vez que praticam algum erro, há partidos que deviam ir ao registo do Supremo todos os meses e pessoas que deveriam abster-se com um alqueire de bilhetes de identidade todos os dias. O meu amigo Zé da Silva, na avaliação de uma situação semelhante, recordava que havia mais que razão suficiente para, dentro da *logica*, mudar o nome a Portugal com base nos 50 anos de salazarismo...

Não. A Intersindical não tem de que se envergonhar pelo seu passado. Esteve no seu posto, durante o fascismo, nas lutas contra o terrorismo do grande capital se temperou. Não direi que é um nome nobre porque não quero meter os trabalhadores em confusões aristocráticas. Mas direi que é um nome honrado.

E que por isso os trabalhadores conscientes lhe querem bem e a defendem:

CARTAS NA MESA: UNIDADE É TRUNFO

Ruben Rolo, a demonstrar uma notável facilidade de ex-

pressão e com uma correcção inexcusável (que o levou a manter-se calmo e superior enquanto abruptamente lhe cortavam a palavra e o pensamento) desmantelou uma série de confusões existentes ainda na cabeça de alguns sindicalistas responsáveis.

Na realidade, a questão que se coloca não é entre a *unidade* e a *unidade*, mas entre a *unidade* e o *pluralismo*. Tudo o mais é um falso problema.

Neste momento, a luta essencial é pela *unidade* e contra o *pluralismo*: os trabalhadores se quiserem responder eficazmente aos ataques da direita e defender as suas conquistas, tem de se unir dentro de uma central única, dentro da Intersindical.

Dizem alguns que a unidade é possível de conseguir com a existência de vários sindicatos dentro de cada actividade. Ruben Rolo demonstrou a dificuldade dessa realização com os exemplos de França e de Itália. Recordemos (viram a *Espiral*, no sábado?) que a acção desestabilizadora da CIA no Chile de consequências trágicas, passou exactamente pelos tais «sindicatos livres»...

Por outro lado, não deixa de ser estranho que primeiro se desuna — para depois se admitir a possibilidade de unir...

ÀS VEZES

OS ABAIXO-ASSINADOS

PODEM FICAR POR CIMA

Certamente os assinantes da *Carta Aberta* desejam uma *central unica*. Mas como pensam consegui-lo — eis o que se torna fortemente nebuloso. A qualquer pessoa de bom senso se apresenta como altamente perigoso o *baixo-assinado* que eles fazem correr nas empresas. A experiência de certos abaixo-assinados prova a sua natureza de arma de dois gumes. Trata-se, em resumo, de um apelo às maiorias silenciosas, às forças menos politizadas, mais reacconárias. Pode-se, assim, desencadear um processo altamente perigoso para a democracia. Alguém nos poderá garantir a possibilidade de controlar esse processo, de evitar que ele se volte inclusivamente contra quem o provocou?

A experiência prova que é sempre melhor negociar com os amigos do que favorecer o desencadear da força dos inimigos. Disto não se devem esquecer os trabalhadores dignos desse nome. Todos.

Diário 16/9/76

Plenário Sindical e das CT's de Torres Novas

«SÓ O CONGRESSO DOS SINDICATOS PODERÁ PRONUNCIAR-SE SOBRE A UNICIDADE SINDICAL»

TORRES NOVAS — Dezenas de comissões de delegados sindicais e de trabalhadores desta região, aprovaram, por unanimidade, em plenário realizado no passado dia 10, na União Sindical de Torres Novas, uma moção de repúdio pela comunicação feita ao país pelo Primeiro-Ministro dr. Mário Soares, através da RTP.

Considera a moção que o discurso, além de encerrar um «insulto aos trabalhadores», vinca o «carácter divisionista sublinhado pelo tom das palavras que o dr. Mário Soares proferiu, pretendendo confundir todos os trabalhadores».

Acrescenta que «não se

ouviu da boca do Primeiro-Ministro uma única palavra contra os capitalistas e sabotadores, únicos responsáveis pela actual situação económica».

Considera, ainda, como «grave insulto aos heróicos trabalhadores agrícolas do Alentejo, a forma como foi denegrida a Reforma Agrária». Sublinha que não foi ouvida uma só palavra sobre os sacrifícios e fome passadas no fascismo pelos trabalhadores alentejanos e agora sanados pelo seu próprio esforço.

Conclui a moção que «os trabalhadores não devem permitir que seja o Governo a destruir a lei da Unidade Sindical, porque qualquer re-

solução vai sair do Congresso de todos os Sindicatos que já está a ser discutido pelos trabalhadores».

Exigem que «as medidas de austeridade atinjam os vencimentos dos ministros, deputados e de todos que ganham dezenas de vezes mais que o salário médio nacional».

Conclui a moção, exigindo o «cumprimento integral da Constituição como tem sido assegurado pelo presidente da República».

Finalmente, os trabalhadores representados no plenário, «dispõe-se e contribuir para se ultrapassar a crise económica, mas numa perspectiva socialista e não de recuperação capitalista».

Diário - 16/9/1976

Registo

GATO POR LEBRE

Na Sorefame os trabalhadores não voltarão a assinar, desatentos, folhas em branco destinadas à recolha de adesões a abaixo-assinados sobre problemas administrativos. Só agora muitos descobriram que, nos últimos dias, assinaram gato por lebre.

Uma sórdida manobra política. Os trabalhadores eram convidados a assinar um texto dirigido à Administração e Órgãos Representativos. Um simples protesto contra o mau funcionamento do self-service. Na realidade, certos elementos que procediam à recolha de adesões destinavam as assinaturas a outro fim, muito diferente e contrário aos interesses dos trabalhadores. Numerosas folhas, tendo ao alto a palavra Empresa e por baixo, em maiúsculas desenhadas à frente dos nomes, Sorefame, foram encaminhadas à Comissão de Redacção da chamada «Carta Aberta», o documento que tem por objectivo dividir o Movimento Sindical. Julgando protestar contra as insuficiências do self-service, trabalhadores da Sorefame que sempre se bateram pela unidade e pela unidade sindicais estavam, sem o saber, a assinar listas que seriam apenas ao apelo divisionista.

A Sorefame foi apenas um teste. Esse vergonhoso processo está a ser utilizado noutras empresas. É dessa forma que os partidários da «Carta Aberta» pretendem demonstrar a sua implantação entre os trabalhadores.

PUB

Diário 15/9/76

Federação dos Sindicatos Ferroviários

MOÇÃO SOBRE O CONGRESSO DOS SINDICATOS

Os delegados ferroviários reunidos em Plenário Nacional no Entroncamento no dia 13/9/76:

Considerando que só na unidade se consegue avançar;

Considerando que certas forças tentam dividir o movimento Sindical, precisamente para enfraquecer todo o movimento da unidade dos trabalhadores;

Decidem:

Apoiar as decisões do Encontro Nacional dos Sindicatos de 4/9/76 convocado pelo Secretariado da Intersindical, que reuniu 170 sindicatos em dos maiores encontros do Movimento Sindical Português; importante passo para a vitória no caminho da unidade, e clara derrota para aqueles que tudo fizeram para diminuir a importância deste Encontro.

Dinamizar a discussão pelas trabalhadores ferroviários dos problemas relacionados com o congresso dos Sindicatos designadamente a análise do projecto do regulamento, de acordo a permitir uma larga participação dos trabalhadores na preparação do Congresso. É no debate franco e aberto no seio das suas organizações sindicais, que os trabalhadores resolvem as suas divergências e fortalecem a sua unidade.

Apelamos pois às Direcções Sindicais que ainda recusam o diálogo no seio do movimento Sindical sobre o Congresso para que se juntem à grande maioria dos sindicatos que lutam por um congresso de unidade para a reestruturação da Central Única dos trabalhadores. Se o não fizerem assumirão perante todos os trabalhadores do País a responsabilidade histórica de contribuírem para a divisão dos trabalhadores e do Movimento Sindical, que é neste momento a grande aspiração do patronato.

Entroncamento, 13/9/76

MOÇÃO SOBRE CONTROLO OPERÁRIO

Os delegados Sindicais Ferroviários reunidos em plenário Nacional no dia 13/9/76 no Entroncamento

Considerando que o controlo operário é uma conquista alcançada pelos trabalhadores e um direito adquirido pelos mesmos na constituição,

Considerando que só com o controlo operário temos um transporte digno para o Povo Português,

Considerando que com o controlo operário se acabará com a sabotagem existente na Empresa.

Decidem dar todo o apoio à Comissão dinamizadora para mais rapidamente se assegurar o controlo operário.

Entroncamento, 13 de Setembro de 1976.

METALÚRGICOS DIZEM NÃO ÀS MEDIDAS DO GOVERNO E APELAM À UNIDADE DOS TRABALHADORES

15/11/76

Os órgãos da Informação que ainda relatam as lutas dos trabalhadores sem as caluniar foram esta manhã saudados pelo Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos dos Metalúrgicos que solicitou a presença dos jornalistas, na sede da Federação, para expressar as conclusões da reunião dos dias 13 e 14, na qual debateram e aprovaram, nomeadamente, documentos relativos ao próximo Congresso de Sindicatos, à escalada reacção veiculada por determinados órgãos da Informação, ao discurso do primeiro-ministro, e à luta pelo C. C. T. vertical.

Todos os documentos foram aprovados, no encontro, pela totalidade dos Sindicatos participantes, ao todo 19, apenas com a abstenção temporária do Sindicato de Aveiro.

Sintetizando, diremos o que sobre o Congresso nos foi afirmado: «A reunião geral de Sindicatos realizada em 4 de corrente, em que estiveram presentes 170 sindicatos representando mais de 1 milhão e 400 mil trabalhadores, foi um facto importante na unidade dos trabalhadores portugueses e um passo decisivo para o reforço do movimento sindical, tendo ficado criadas as condições para que nenhuma direcção sindical possa, sem trair os trabalhadores que representa e os princípios democráticos, afastar-se da organização e do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única.

As direcções dos Sindicatos Metalúrgicos não podem deixar de censurar a actuação de um reduzido número de direcções sindicais — as mais contestadas pelos associados — que recusando-se a aceitar os princípios da democracia sindical estão pondo em perigo a unidade dos trabalhadores e fomentar ainda que afirmem o contrário, a divisão e o pluralismo no Movimento Sindical Português.»

As críticas feitas ao recente discurso do primeiro-ministro foram acerbas, já que, segundo os promotores da reunião, Mário Soares assaca toda a culpa da crise às classes trabalhadoras (que ganham muito e produzem pouco).

E adiantaram:

«O chefe do Governo P.S. esquece que o seu partido

esteve representado com parte de leão no VI Governo Provisório, que governou cerca de um ano e que tomou a maioria das medidas que agravaram a situação económica, especialmente no capítulo da dívida ao estrangeiro, com os empréstimos contraídos pelo ministro do VI Governo, dr. Salgado Zenha, empréstimos que os trabalhadores portugueses depressa terão de pagar com o seu suor.»

Repudiando todas as propostas de solução preconizadas no referido discurso, «medidas que são contrárias ao espírito do 25 de Abril e impedem a concretização dos objectivos consignados no artigo 2.º da Constituição», os sindicalistas afirmam que as mesmas «não merecem nem podem merecer das organizações sindicais qualquer apoio ou colaboração e a concretizarem-se criarão um clima de desestabilização social propício às manobras da direita reacçãoária».

O C. C. T. vertical, outro dos pontos focados hoje, continua a ser, para o sector da metalurgia, «ponto quente».

A Comissão Sindical das ne-

gociações pediu uma entrevista ao ministro do Trabalho, no passado dia 7, não se tendo o ministro asequer dignado responder.

Os dirigentes metalúrgicos consideram que «a incapacidade daquele Ministério para obrigar os patrões a negociar significa que o Governo, ao mesmo tempo que ameaça e calunia os trabalhadores e as suas conquistas revolucionárias, é impotente para obrigar o patronato a cumprir a lei e os compromissos que assume, assim se tornando cúmplice dos inimigos dos trabalhadores».

Finalmente, e no que respeita aos órgãos de Informação, foi já pedida uma entrevista ao secretário de Estado da Comunicação Social «para expressar a grande preocupação pelo comportamento de certos jornais, da Rádio e da Televisão, cujos programas são cada dia mais medíocres, divisionistas, anti-operários e favoráveis à recuperação capitalista, exigindo que se tomem medidas no sentido de uma informação ao serviço dos trabalhadores».

PUB

15/11/76

SINDICATO DA INDÚSTRIA

METALÚRGICA DO DISTRITO DO PORTO

Moção sobre o Congresso dos Sindicatos

Os delegados sindicais do Sindicato dos Metalúrgicos do Porto, reunidos em 8/9/76, considerando a importância de que se reveste o Congresso dos Sindicatos para a defesa dos interesses dos trabalhadores, resolveram o seguinte:

1 — Apoiar as decisões do Encontro Nacional de Sindicatos de 4/9/76, convocado pelo Secretariado da Intersindical, que reuniu 167 sindicatos num dos maiores encontros do Movimento Sindical Português, importante vitória no caminho da unidade e clara derrota para aqueles que tudo fizeram para diminuir a importância deste Encontro.

As resoluções tomadas, designadamente a formação de uma Comissão Organizadora Provisória do Congresso largamente unitária e a abertura de um período de debate com os trabalhadores, dentro da organização sindical, sobre o conteúdo do regulamento do Congresso, são um importante contributo para a realização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses para reestruturação da Intersindical — Central Única dos Trabalhadores Portugueses, para o reforço da unidade do Movimento Sindical Português.

2 — Os trabalhadores metalúrgicos, que ainda durante o fascismo deram um contributo decisivo para a criação da Intersindical Nacional, continuarão hoje na primeira linha do combate pela unidade do Movimento Sindical Português, pela defesa dessa grande conquista de todos os trabalhadores portugueses que é a existência de uma única Central Sindical.

Num momento em que dirigentes da C.I.P. (Confederação Única do Patronato) defendem a necessidade de conter os sindicatos e se mostram tão preocupados com a democracia nos sindicatos, em que o patronato arrasta e boicota as negociações e o cumprimento dos C.C.T., enquanto aumenta o custo de vida e a direita tenta novas medidas lesivas dos interesses dos trabalhadores, «os trabalhadores têm de estar unidos, o Movimento Sindical não pode ser dividido».

A unicidade sindical (unidade do Movimento Sindical expressa na lei e consequente proibição da constituição de sindicatos paralelos) é uma importante conquista dos trabalhadores. Ela permite impedir que por iniciativa do patronato ou de qualquer grupo ou partido, se venham a constituir por, por exemplo, vários sindicatos metalúrgicos no distrito do Porto, com a consequente divisão e enfraquecimento dos trabalhadores face ao patronato, que teria as mãos livres para despedir e explorar ainda mais.

3 — Dimanizar a discussão pelos trabalhadores metalúrgicos dos problemas relacionados com o Congresso dos Sindicatos, designadamente a análise do projecto de regulamento, de modo a permitir uma larga participação dos trabalhadores na preparação do Congresso. É no debate franco e aberto no seio das suas organizações sindicais, que os trabalhadores resolvem as suas divergências, fortalecem a sua unidade.

Por isso, apelamos também às direcções sindicais que ainda recusam o diálogo no seio do Movimento Sindical sobre o Congresso, para se juntarem à grande maioria dos sindicatos que lutam por um Congresso de Todos os Sindicatos para a Reestruturação da Central Única dos Trabalhadores, se o não fizerem, assumirão perante os trabalhadores a responsabilidade histórica de contribuírem para a divisão dos trabalhadores e do Movimento Sindical, grande aspiração do patronato.

A DIRECÇÃO

**OBJ. SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA,
CIMENTOS E SIMILARES DOS DISTRITOS
DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE**

**TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA
DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE, reunidos em Plenário, na Voz do Operário, dia 11
de Setembro afirmam:**

MOÇÃO

CAMARADAS:

O Movimento Sindical foi forjado e criado na luta contra o fascismo, alargado e reforçado pelos Trabalhadores, para defenderem os seus interesses de classe. Por isso temos que nos unir na luta comum que travamos por uma vida melhor, liberta da exploração.

Os nossos interesses são comuns, camaradas, independentemente da ideologia política que cada um possa ter. O bacalhau é tão caro para os trabalhadores comunistas como para os socialistas, como para os de outros partidos e sem partido.

Quem diz o bacalhau diz os transportes, a renda de casa, o ensino, a saúde, etc., etc., etc..

CAMARADAS:

Para alcançarmos salários que melhorem o nosso poder de compra.

Para evitarmos os despedimentos e o desemprego que nos ameaça.

Para impedirmos a recuperação capitalista.

Para consolidarmos as nacionalizações, a Reforma Agrária, o controlo operário, etc..

Para que a Constituição seja cumprida.

Para que a democracia se consolide.

Para que finde a exploração e opressão.

Para que se construa o socialismo em Portugal.

Enfim, para alcançarmos todos estes objectivos, uma coisa é necessária e indispensável neste momento e sempre.

A NOSSA UNIDADE

Sem ela os nossos inimigos mais facilmente conseguirão derrotar-nos.

A nossa UNIDADE nos locais de trabalho deve ser fomentada e defendida, mas para isto também precisamos de estar UNIDOS nos nossos Sindicatos.

Quanto mais sindicatos houver na mesma empresa, ou seja o Pluralismo Sindical, mais difícil se torna construir a unidade, e sem esta os nossos inimigos terão mais vantagens na exploração que nos fazem.

CAMARADAS:

Vai realizar-se o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, onde nos será permitido debater e discutir em conjunto com todos os outros camaradas os nossos problemas e definir a orientação para a nossa luta.

Estamos tão interessados na sua realização, quanto desinteressados estão os nossos inimigos.

CAMARADAS:

Devemos pensar que os motivos que poderão dividir-nos são insignificantes em comparação com aqueles que nos unem, e por isso facilmente ultrapassáveis.

- NÃO AO PLURALISMO SINDICAL
- NÃO AO DIVISIONISMO
- NÃO À INGERÊNCIA SINDICAL

**SIM À REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES.
UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!**

**SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CIMENTOS
E SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE**

A DIRECÇÃO

NOTA: Esta Moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Inter: «Governo não hesita em violar a Constituição»

Jus-ic 15/9/76

A propósito de uma nota oficiosa do Ministério do Trabalho, em que se pede aos sindicatos e associações patronais para que entreguem, no prazo de 15 dias, sugestões e projectos para alterações legislativas sobre contratação colectiva, despedimentos, direitos dos trabalhadores rurais, domésticos e estrangeiros, saneamentos nas empresas e empresas sob gestão operária e cooperativa, o secretário da Intersindical emitiu um comunicado em que declara que «a nota oficiosa apela para uma participação desorganizada, divisionista, completamente à margem da estrutura sindical, para impedir que se realize a unidade dos trabalhadores sobre o conteúdo da legislação do trabalho a

reivindicar perante os órgãos do Estado.»

Prossegue o comunicado:

«Por outro lado, o Ministério do Trabalho reconhece expressamente ao patronato o direito de intervir na elaboração das Leis do Trabalho, violando assim a Constituição, que só aos trabalhadores reconhece tal direito. Deste modo, o próprio Governo dá lugar à violação da autonomia dos sindicatos perante o patronato, ao permitir a este interferir no exercício de direitos que só aos trabalhadores pertencem.

«Neste simulacro de participação, há ainda a referir o prazo deliberadamente curto de 15 dias para as or-

ganizações de trabalhadores se pronunciarem sobre oito projectos de tão grande importância, cujo texto aliás, nem é dado a conhecer, o que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores.»

Sobre os projectos que o Governo vai elaborar, a Intersindical afirma que a prática seguida pelo Governo, o discurso do Primeiro-Ministro, e as declarações públicas do Ministro do Trabalho, fornecem infelizmente indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores: Que não se hesita em violar a Constituição; Pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva: faci-

litar os despedimentos sem justa causa; impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo; permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas; devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.»

No final do comunicado, «O Secretariado da Intersindical Nacional condena severamente mais esta decisão governamental, contrária aos direitos dos trabalhadores e manifesta o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia da República e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das Leis do Trabalho.»

SINDICATO DE GARAGENS, POSTOS DE ABASTECIMENTO, TRANSPORTES E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO CENTRO SUL

O.P.P. 15/9/76

Abrangendo os distritos de Beja, Castelo Branco, Évora, Faro, Leiria, Portalegre, Santarém e Setúbal

Avenida Almirante Reis, 45, 1.º — Telef. 839518-848655
LISBOA - 1

COMUNICADO

Não podem os associados deste Sindicato ficar indiferentes perante o tom insultuoso e de ameaça contra a classe trabalhadora, utilizado pelo primeiro-ministro, dr. Mário Soares, no seu discurso de 9-9-76.

Repudiamos:

- Intervenção do Governo na Lei Sindical
- A entrega das empresas em autogestão (recuperadas pelos trabalhadores) aos patrões
- A ameaça de destituição de empresas
- Perda de regalias da Previdência (órgão cuja administração há muito os trabalhadores exigiram)
- Ataques à Reforma Agrária.

São medidas que os associados deste Sindicato consideram ser contra os interesses do povo deste país.

Como única resposta, apelamos a todos os trabalhadores que estejam unidos nos seus Sindicatos.

Apelamos igualmente aos Dirigentes Sindicais pela unidade num grande Congresso de todos os Sindicatos.

LISBOA, 11 DE SETEMBRO DE 1976

OS CORPOS GERENTES
(Regível)

o SECULO

15/9/76

Marinha Grande

Delegados sindicais apelam para o combate ao divisionismo

Convocado pela União dos Sindicatos de Leiria, realizou-se na Marinha Grande, um encontro de representantes de trabalhadores do distrito — 45 delegados sindicais e 23 delegados de comissões de trabalhadores, representando 47 firmas, num total que excede os 6000 trabalhadores.

Da ordem de trabalhos constavam dois pontos: a Previdência e o Congresso dos Sindicatos.

Acerca do primeiro ponto foi decidido que a Previdência deve ser gerida, democraticamente, com a participação e controlo do movimento sindical, com vista à descentralização da Previdência até às empresas, através da eleição de delegados à Previdência, e criação de grupos de trabalho a funcionar nos sindicatos, bem como nas uniões distritais, com vista à segurança social. Decidiu-se ainda que deverá ser criado um Instituto de Gestão Financeira, único garante dos trabalhadores no controlo das despesas e receitas da Previdência, o qual teria ainda, entre outros fins, o da preparação da acção médico-social da Previdência e a

sua integração no Serviço Nacional de Saúde e da protecção à terceira idade.

Quanto ao Congresso dos Sindicatos, foi sublinhada a urgência no cumprimento das resoluções da Reunião Geral de Sindicatos, no Técnico, do passado dia 4. Assim, foi salientado que «a Comissão Nacional Organizadora Provisória eleita, deve começar a elaborar um programa dos trabalhos preparatórios do Congresso e a dinamizá-los junto dos trabalhadores».

Outra conclusão do encontro aponta para a necessidade de «todas as direcções sindicais se manterem vigilantes contra as tentativas de cisão do Movimento Sindical, denunciando e combatendo os divisionistas». Depois de considerar, a propósito, que os ataques à Intersindical Nacional, mais não visam que a tentativa de divisão dos trabalhadores, Foi feito um apelo a participação em massa nos plenários, assembleias, discussões e outra forma de preparação do Congresso dos Sindicatos.

Organização sindical em debate na TV

D. NOT 14/9/1976

O debate televisivo que ontem decorreu no programa «Terça à Noite», da RIP, com Joaquim Letria como moderador, colocou, desta vez, frente a frente, dois elementos da comissão de redacção da «Carta Aberta», a propósito do Congresso dos Sindicatos, em organização — José Luis Gaspar, do Sindicato dos Escritórios, e Vitor Gonçalves, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas — e outros dois, mas, esses, ligados à comissão nacional organizadora provisória do contestado congresso: Rubem Rolo, do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante, e José Ernesto Cartaxo, dos Metalúrgicos de Lisboa.

Debate que preencheu o serão nacional pelo espaço de cinquenta e cinco minutos e que começou pela lembrança, por parte de Letria, de que quase três milhões de portugueses, trabalhadores sindicalizados, se agrupam em 342 sindicatos, dos quais 190 pertencem à Intersindical, para logo a seguir lançar a questão de arranque: «E há ou não, com efeito, uma cisão dentro dessa massa trabalhadora?»

Para os elementos afectos à «carta aberta», essa cisão é um facto irrefutável. «Naturalmente que ela não existe na lei, mas sim no dia-a-dia. E começou a partir de Janeiro de 75, com a instituição da unicidade, que não nasceu da discussão aberta e democrática de todos os trabalhadores nem pela sua vontade global, mas que lhes foi imposta pelo Decreto-Lei que a criou, para que, a partir daí, esses mesmos trabalhadores se organizassem. Daí em diante, constituíram-se dois grandes blocos: os que aceitam essa unicidade imposta e o secretariado da Intersindical e os que não os aceitam», afirmaram.

A este conceito se opuseram os elementos ligados à organização do próximo congresso dos sindicatos, defendendo o princípio de que «não há uma cisão entre trabalhadores mas tão somente uma divergência de opiniões e de pontos de vista». Para logo a seguir condenarem a especulação feita à volta desses pontos de vista e da organização do próximo congresso, através dos meios de comunicação, dando que, no seu entender, «as divergências devem ser discutidas no seio do movimento sindical, sob grave risco de, não sendo assim, só contribuírem para um aproveitamento das forças de direita e do avanço do patronato». Foi então argumentado, por Vitor Gonçalves, que, não tendo havido qualquer possibilidade de promover, junto dos próprios trabalhadores e nos locais de trabalho, as discussões ligadas ao congresso em organização, não houvera outra solução se não servirem-se dos meios da comunicação social para que a massa trabalhadora do

País pudesse inteirar-se do que se preparava».

«Não se reestrutura o que se não aceitou como estrutura»

Daí em diante, toda a discussão, entre as duas partes, se centrou no que José Luis Gaspar apontaria como o «cerne do problema»: a estrutura da Intersindical resultou da discussão participada de todos os trabalhadores ou foi-lhes imposta? E, porque, no seu entender e do bloco que não aceita a Intersindical e o seu secretariado, ela lhes foi realmente imposta, não se pode conceber o próximo sindicato como organizado para que dele resulte uma reestruturação do movimento sindical «visto não se poder aceitar a reestruturação de algo que se não aceitou antes como estrutura. O Congresso tem, isso sim, que efectuar-se para, com a participação de todos os trabalhadores, se criar, democraticamente, uma estrutura que não tenha a Vitor Gonçalves lembrou, depois das agressões democráticas cometidas contra os trabalhadores, no tempo do gonzalvismo, quando todos quantos se atreviam a discordar de qualquer directiva do secretariado da «Inter» eram, de pronto, alcunhados de fascistas e agentes da CIA», lembrando que é a partir daí que, para muitos trabalhadores, ainda hoje, basta evocar-se o nome da Intersindical para logo eles se afastarem por a ligarem à ideia de golpismo».

«Por isso», prosseguiu, «não se pode aceitar a palavra de ordem do congresso que está a ser organizado pela Intersindical, quando se diz que um dos seus objectivos é reforçar a unidade dos trabalhadores pela simples razão de que se não reforça o que não existe. Há, isso sim, é que criar a nova e verdadeira central sindical com base nessa unidade efectiva, com a representação de todas as correntes de opinião sindical sem hegemonia de nenhuma delas, de modo a que todos os trabalhadores se sintam representados por igual.»

«Sindicato de 75 não foi representativo dos trabalhadores»

Depois de defenderem o princípio de que o Congresso promovido pela Intersindical, em 75, não fora representativo dos trabalhadores, porque não democraticamente preparado, os elementos afectos à «carta aberta», contra o Congresso de 75, sustentaram que a Intersindical continua a ser um factor de divisão e que se não pode ignorar essa verdade «porque ela está patente em cada fábrica, em cada escritório, em cada local de trabalho» e que «há, pois,

que obter-se uma plataforma unitária que se sobreponha a essas divisões».

Rubem Rolo e José Ernesto Cartaxo lembraram então que a Intersindical assumira o compromisso de efectuar uma reunião geral, aberta a todos os sindicatos, mesmo os que lhe não estão afectos, com vista à feitura de um projecto de regilamento do próximo congresso, a distribuir pelos trabalhadores, para, durante um mês, o discutirem nos seus locais de trabalho, seguido de uma outra ampla discussão das teses a apresentar nesse mesmo congresso

Concordando, embora, com essa orientação, os elementos da «carta aberta» não aceitaram, contudo, os objectivos do congresso repetindo que a «reestruturação pretendida pelo secretariado da «Inter» jamais pode ser possível, por não ser possível reestruturar o que se não aceita como estrutura, mas, isso sim, criar efectivamente e democraticamente a estrutura do movimento sindical que todos pretendem».

Sugestão à RTP

Depois de Joaquim Letria ter lembrado que talvez os intervenientes no debate estivessem a perder tempo demasiado com acusações de parte a parte com base em erros já cometidos e até reconhecidos, em vez de se preocuparem mais com o que de válido e seguro futuramente se pudesse fazer, Rubem Rolo sugeriu que a RTP levasse a cabo uma ampla discussão, a nível nacional, com vista a um completo esclarecimento do que deverá entender-se por «unidade sindical», «unicidade» e «pluralismo», já que, assim frisou, «se faz entre umas coisas e outras larga confusão», terminando a de, com a mesma, «estarem contribuindo para o seu aproveitamento por forças partidárias interessadas em lançar mais ainda a confusão entre as massas trabalhadoras» e que, «estando absolutamente provado que os trabalhadores não aceitam o pluralismo, importa agora fazer a unidade dentro da unicidade». O que ia, nitidamente, levar a um «contra-ataque» por parte dos elementos afectos à «Carta Aberta» — já de todo impossível porque, entretanto inexorável, atingia-se o tempo limite.

Mesa redonda no nosso jornal

Entretanto, podemos informar que se efectuou na passada sexta-feira uma mesa-redonda no nosso jornal, reunindo, em debate sobre a mesma questão, elementos subscritores da «Carta Aberta» e outros afectos à comissão provisória organizadora do congresso dos sindicatos, e que esperamos apresentar numa das próximas edições.

19 Jun. 1976

DEBATE POUCO ESCLARECEDOR FOI SUFICIENTE PARA DENUNCIAR OS CAMINHOS DIFÍCEIS DA UNIDADE

O delicado momento actual do Movimento Sindical português foi abordado durante cerca de sessenta minutos, por quatro dos seus dirigentes, num debate televisionado a cargo do programa «Terça-feira à Noite».

Considerando a vastidão e a complexidade dos assuntos em debate — o assunto está implícita uma crítica ao moderador Joaquim Létria, que permitiu tal alargamento — o programa teria forçosamente por vir a tornar-se pouco esclarecedor para a maioria do público, mesmo tendo em conta que a matéria dialogada dizia directamente respeito ao sector específico da população que integra os três milhões de sindicalizados do País, e que, de uma maneira ou de outra, tem vindo a seguir através dos órgãos da comunicação social e da informação prestada pelos seus organismos de classe, os passos essenciais do momento sindical.

Como questões de fundo foi levantada, a iniciar, a interrogação de existir ou não, actualmente uma cisão no movimento sindical. Quatro dirigentes sindicais responderam a essa e a outras perguntas que se seguiram, sempre utilizando, os pontos de vista das correntes que representavam. De um lado, dois elementos da comissão de redacção da «Carta Aberta» (Sindicatos) respectivamente, José Luís Gaspar (Escritórios de Lisboa) e Vítor Gonçalves (Bancários do Sul e Ilhas); e do outro, dois elementos da Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso, respectivamente, José Ernesto Cartaxo (Metalúrgicos de Lisboa) e Ruben Rolo (Marinha Mercante). A diferenciação acentuada de ópticas revelou-se através da resposta fornecida e de todas as outras até final do debate.

Assim, para o representante da «Carta Aberta» existe no seio do movimento sindical uma cisão que se não é «de jure» é-o sobretudo «de facto», pois existe, na prática, em cada local de trabalho. Trata-se, segundo acentuou, de uma polémica antiga que já vem desde a discussão sobre a Unidade e a Unicidade, e que foi agravada pelo Congresso da Intersindical realizado em Junho de 1975. Entretanto, para José Cartaxo da C. Nacional Organizadora do Congresso a unidade existe no seio dos trabalhadores sempre que estes discutem os seus objectivos concretos, como luta reivindicativa, ou defesa contra os despedimentos, etc. Atacaria depois abertamente os sindicatos da «Carta Aberta» por terem dado início a reuniões paralelas preparatórias do Congresso, desrespeitando compromissos assumidos e pondo em risco a unidade dos trabalhadores.

A propósito, lembrou que «quanto mais se tardar o Congresso pior é, pois estamos a assistir a um rápido avanço da direita», insistindo que actualmente os trabalhadores não estão divididos, pelo menos ao nível de objectivos concretos.

A necessidade de enquadramento do momento actual em anteriores factos e deliberações levou, entretanto, os intervenientes a efectuar repetidos recuos ao passado, surgindo então reciprocamente críticas de

fundo, tais como as acusações de «comportamento não democrático» atribuído ao Secretariado da Intersindical que «permitiu no seu Congresso a ignorância do Estado e do Governo» e actuava como base no «golpismo sindical».

★ A QUESTÃO DE FUNDO

Depois acabaria por vir à tona o «cerne do problema» e que determina as dificuldades quanto à realização do Congresso e à construção da unidade. Enquanto de um lado se não reconhece a Intersindical como órgão estruturado e eleito pelos trabalhadores, mas sim como um órgão sindical forjado na clandestinidade do fascismo e baseado no «corporativismo», a corrente contrária entende que a Central Única foi conquistada em duras condições pelos trabalhadores e só por eles, admitindo, no entanto que as suas estruturas e estatutos sejam discutidos e alterados em reuniões de sindicatos e posteriormente no Congresso, contrariando nesse ponto os defensores da «Carta Aberta».

Concretizando: criar novas estruturas para a Central Sindical, aglutinando todas as correntes político-sindicais do movimento incluindo a corrente afectada à Intersindical; ou proceder a remodelação desta, em discussões e deliberações democraticamente tomadas no seu seio. Duas linhas de orientação que, em princípio, parecem vir a constituir idênticos resultados. Como explicar então a dificuldade na concretização da unidade de todos os trabalhadores sindicalizados? As intervenções dos quatro dirigentes sindicais neste ponto lançaram um dado novo e que surge efectivamente como o pomo da discordância — a questão da Unidade e da Unicidade.

A definição dos dois conceitos mereceram amplas considerações dos sindicalistas, tendo um deles sugerido que a Televisão patrocinasse um novo encontro a fim de ser debatido exclusivamente esse aspecto. Para Ruben Rolo, o termo Unidade, que aparece na própria constituição é dúbio e esconde a designação sinónima de «pluralismo» e quanto a este os trabalhadores, segundo acentuou, são acentuadamente contrários, por considerarem os exemplos negativos registados noutros países. «Portanto só há um caminho: fazer a unidade dentro da unicidade», terminou por dizer.

A resposta, surgiu, momentos antes da sessão encerrar e pertenceu a José Luís Gaspar: «Quando se fala em unicidade temos presente o que a unidade foi, isto é, o Decreto-Lei 215-B, oferecido em 30 de Abril, impondo as regras do jogo do movimento sindical, decretando inclusive, da forma como as organizações sindicais se deveriam organizar, a forma como o Congresso devia decorrer. Três meses depois, ali vem o Congresso, mas já com a obrigatoriedade de os trabalhadores de se organizarem desta ou daquela forma».

DIÁRIO 15/9/1976

O Congresso dos Sindicatos na TV

AS FALSAS QUESTÕES DE UM PSEUDO-DEBATE

Muitas centenas de milhares de trabalhadores portugueses devem ter assistido, ontem à noite, ao debate televisivo sobre o próximo Congresso dos Sindicatos. Hoje, porém, poucos de entre eles, estamos certos, se consideram mais esclarecidos sobre tão importante questão do que estavam ontem à tarde. Aguardado com enorme expectativa, o debate resultou afinal numa grande desilusão.

Importantes questões que dizem directamente respeito aos trabalhadores foram passadas em revista. Porém, de modo (muito) superficial. Os conceitos de unicidade e pluralismo sindicais, naturalmente, estiveram em relevância. Mas, mesmo aqui, as questões foram escamoteadas. Há quem continue a bipolarizá-la entre unicidade e unidade, escondendo que lutar contra a unicidade é abrir a porta ao pluralismo e à divisão dos trabalhadores.

Estão os trabalhadores portugueses divididos? Se o estão, na realidade, em que aspectos se manifesta a divisão? Quem divide os trabalhadores? Estas algumas das perguntas levantadas, mas para que também não houve resposta, se exceptuarmos a alusão do dirigente do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa à ingerência de forças partidárias na angariação de assinaturas (de trabalhadores e de inimigos dos trabalhadores) para um abaixo-assinado dirigido contra o secretariado da Intersindical Nacional.

O jogo de palavras e o confusionismo substituíram-se ao verdadeiro debate, franco e aberto, que é necessário fazer. Em vez do esclarecimento assistiu-se sim, por vezes, à habilidade oratória. E ao insulto, também, por parte de elementos que se dizem «democráticos».

Falou-se de linhas político-sindicais e de organização e estruturas organizativas. Mas de novo se fugiu ao essencial da questão. Deturpou-se mesmo, ao nível do (falso) conceito. Um dirigente sindical, no caso do Sindicato dos Profissionais de Escritório de Lisboa, não hesitou em afirmar que «o secretariado (da Intersindical) é a estrutura». Um seu parceiro da comissão de redacção da «carta aberta» não lhe ficou atrás: a unicidade sindical, grande conquista dos trabalhadores portugueses, não passa afinal do «Decreto-Lei n.º 230/B, oferecido em 30 de Abril de 1975». Do mesmo modo, este mesmo dirigente sindical, esquecendo por completo como foi criada e que papel desenvolveu na luta contra o fascismo e no período post-25 de Abril de 1974 a Intersindical Nacional, foi ao ponto de fazer questão em interrogar-se sobre se a central única «resultou de uma discussão havida ou se foi uma imposição».

Ao fim e ao cabo, as verdadeiras questões que se põem à realização do Congresso de todos os sindicatos, que todos desejávamos esclarecidas, foram relegadas para segundo plano. Quem luta pelo Congresso e quem tenta impedir a sua realização? Quem aceita a democracia interna nos órgãos de classe dos trabalhadores e quem, pelo contrário, participa em organismos paralelos, exteriores ao movimento sindical, mesmo contra a vontade dos trabalhadores que representa? Quem levantou estas questões e quem recusou responder-lhes?

Milhares de trabalhadores seguiram a discussão dos dirigentes sindicais. Saberão julgar os que lhes interessam.

Debate sobre sindicalismo pouco ou nada adiantou

Esperado com grande interesse, pouco adiantou, sobre as questões sindicais que estão na ordem do dia, o «Terça-Feira à Noite», de Joaquim Letria, programa apresentado pela RTP na noite de ontem com a participação de dois elementos da comissão de redacção da «Carta Aberta» e outros dois, afectos à linha da Intersindical, representando a comissão nacional provisória para o congresso de todos os sindicatos.

Pela comissão de redacção da «Carta Aberta» participaram Vítor Gonçalves, do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, e José Luís Gaspar, do Sindicato dos Escritórios de Lisboa. Por parte da comissão nacional provisória para o congresso de todos os sindicatos, José Ernesto Cartaxo do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, e Ruben Rolo do Sindicato dos Oficiais da Marinha Mercante.

José Luís Gaspar dos Escritórios de Lisboa foi o primeiro a depor começando por analisar o congresso de 1975. Disse, nomeadamente, que «as teses que foram apresentadas ao congresso não eram do conhecimento generalizado dos trabalhadores, não foram, na minoria dos casos, discutidas com os trabalhadores e, conseqüentemente, as direcções sin-

dicais foram para o congresso não mandatadas pela maioria dos trabalhadores que representavam. Por outro lado, a maioria das direcções sindicais que estiveram no congresso de 1975 não eram representativas, visto que eram ainda comissões directivas, não eleitas democraticamente pelos trabalhadores. Todas estas condições e também a forma como o congresso decorreu — lembremo-nos da ingerência do aparelho de Estado no próprio congresso, através da presença do primeiro-ministro Vasco Gonçalves em algumas sessões — resultaram na situação actualmente existente».

Rebatendo as afirmações de Luís Gaspar, Ruben Rolo, do Sindicato da Marinha Mercante, divergiu um pouco na réplica e acabou por focar os fundamentos da realização do novo congresso, não deixando de acentuar que «embora haja sindicatos que, não concordando com determinados aspectos do movimento sindical entendem como necessária a sua reestruturação e reorganização, desejam discutir os seus problemas no seu próprio seio e não fora dele, preservando a unidade dos trabalhadores».

O moderador, Joaquim Letria, abordou depois a questão do debate

público do programa do congresso, tendo procurado esclarecer os motivos que levaram a comissão de redacção da «Carta Aberta» a propor tal debate antes da realização da reunião promovida pela Intersindical no Instituto Superior Técnico, o que esta só viria a considerar depois, e como resultado desse encontro. Vítor Gonçalves, dos Bancários do Sul e Ilhas, considerou que esse debate público não era o essencial mas sim as «divergências existentes serem discutidas pelos trabalhadores nos seus locais de trabalho».

Ernesto Cartaxo, da comissão provisória do congresso e membro da direcção do Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, afirmou, seguidamente, que a discussão da criação da central única dos trabalhadores portugueses era um «falso problema», uma vez que a «Intersindical existia desde o 25 de Abril, surgiu em 1970, tendo sido um dos baluartes da luta contra o fascismo».

Deste ponto em diante, pode dizer-se que os participantes no programa se limitaram praticamente à reposição das diversas teses em confronto, não deixando de voltar a referir a questão da unidade e da unicidade. No conjunto, portanto, pouco se adiantou.

«Seja como for a partir do Verão de 1975 o P. C. P. foi «largando» as suas «conquistas». Perdeu as Forças Armadas, o monopólio da Informação — muito embora continue a dominar importantes meios de comunicação — perdeu a hegemonia no aparelho de Estado. foram-se-lhe algumas autarquias locais, etc.

Continua, porém, bem instalada em certas zonas do poder, nomeadamente no meio sindical. Com efeito, através da Intersindical e da lei da unicidade — autêntica traição à liberdade de associação dos trabalhadores — o P. C. P. tem-se permitido monopolizar a voz daqueles e tem-o feito, como é seu hábito, com enorme arrogância, que sem dúvida intimida grande número de trabalhadores, e até sindicatos, logo arruaceiramente acusados de traidores, lacaios da burguesia (etc.), quando não se mostram obedientes à cúpula da Inter.

Mas como não podia deixar de ser, também neste domínio chegou a contestação.

Em face dela, a cúpula intersindicalista resistiu, usou de vários processos para calar os recalitrantes; sem êxito.

E acabou por cometer um erro que, perdê-se-nos o palpite, lhe poderá ser fatal: sujeitar-se ao debate público com os sindicatos democráticos, perante as câmaras da televisão.»

(Do editorial de Proença de Carvalho, em «Jornal Novo», de 14.9.76.)

CONTROLO DA PREVIDÊNCIA E CONGRESSO DE SINDICATOS

— PONTOS ABORDADOS

NUM ENCONTRO SINDICAL NA MARINHA GRANDE

Convocado pela União dos Sindicatos de Leiria, realizou-se, na Marinha Grande, um encontro de representantes de trabalhadores do distrito — 45 delegados sindicais e 23 delegados de comissões de trabalhadores, representando 47 firmas, num total que excede os 6 000 trabalhadores.

Da ordem de trabalho constavam dois pontos: A Previdência e o Congresso dos Sindicatos.

Acerca do primeiro ponto, foi decidido que a Previdência deve ser gerida democraticamente com a participação e controlo do movimento sindical, com vista à descentralização da Previdência até às empresas, através da eleição de delegados à Previdência, e criação de grupos de trabalho a funcionar nos Sindicatos, bem como nas uniões distritais, com vista à segurança social. Decidiu-se ainda que deverá ser criado um instituto de gestão financeira, «único garante dos trabalhadores no controlo das despesas e receitas da Previdência», o qual teria ainda, entre outros fins, o da preparação da acção médico-social da Previdência e a sua integração no Serviço Nacional de Saúde e da Protecção à Terceira Idade.

No que se refere ao Congresso dos Sindicatos, concluiu-se, no mesmo encontro, que a Comissão Nacional Organizadora Provisória comece a elaborar os trabalhos preparativos do Congresso e a dinamizá-lo junto dos trabalhadores, e que as Direcções sindicais e todos os trabalhadores se mantenham vigilantes a todas as tentativas de cisão do movimento sindical, combatendo os divisionistas.

— (ANOP).

P. Jan
15/9/1976

Em forma de abaixo-assinado

«Carta aberta» faz um apelo aos trabalhadores portugueses

A Comissão de Redacção da Carta Aberta dirigiu um apelo, em forma de abaixo-assinado, aos trabalhadores portugueses a propósito do Congresso de todos os sindicatos para a unidade. O documento sintetiza as condições que um cada vez maior número de sindicatos considera essenciais para a realização de um Congresso autenticamente democrático, único caminho possível para a construção da unidade entre todos os trabalhadores portugueses no quadro de uma única central sindical, também ela democrática, autónoma e independente.

Começando por recordar o significado do 1.º de Maio deste ano («a unidade é possível»), o apelo considera que ela não existe, embora seja uma premente necessidade. «A verdade — afirma a propósito — é uma arma ao serviço dos explorados na luta pela sua emancipação. A mentira, a deturpação da realidade, não ajudam os trabalhadores a libertarem-se, afundam-nos mais. Hoje os trabalhadores constataam, dolorosamente, nos seus locais de trabalho, à escala local, regional e nacional, que a unidade sindical não existe. Esta é a realidade. Afirmar o contrário é negar obstinadamente a realidade, é querer, consciente ou inconscientemente, impedir a transformação dessa mesma realidade».

O documento passa a analisar as duas maiores divergências entre a Comissão de Redacção e o Secretariado da Intersindical: a paridade na Comissão Nacional Organizadora e a presença dos órgãos de Informação em todas as fases do Congresso.

«Os trabalhadores portugueses não podem compreender, nem podem aceitar, que em nome de uma pretensa hegemonia no movimento sindical, em nome da aritmética da maioria, o Secretariado da Inter seja contrário à paridade na comissão organizadora, condição e garante da democracia, para ultrapassar a

situação de divisão actualmente existente.

«Os trabalhadores portugueses não podem compreender nem podem aceitar que o Secretariado da Inter queira discutir os problemas dos trabalhadores, que são no fundo os problemas da sociedade, fora dela e dos meios de comunicação social com que essa sociedade conta num dado momento.

«Sob que pretexto? Que os órgãos de Informação não são os melhores?

«Eles representam, como outras estruturas da sociedade, uma determinada fase da sua evolução. Não deverão os trabalhadores utilizá-los? As divergências entre os trabalhadores não devem ser discutidas publicamente? Quando elas existem? Quando toda a sociedade portuguesa sabe que elas existem? A política da avestruz, de esconder a cabeça na areia, nunca serviu a avestruz, nem tão pouco servirá os trabalhadores portugueses!

«O exercício da democracia é o único método que os trabalhadores conhecem para ultrapassar as divisões e construir a unidade indispensável.

«Não é querer assegurar através da paridade as condições da democracia num Congresso de todos os sindicatos para a unidade é querer perpetuar a divisão e, mais do que isso, é cavar a

descrença e o descontentamento entre largas camadas de trabalhadores, abrindo a via para que a C.A.P. e a C.I.P. e organizações congéneres possam vir a fomentar organizações sindicais por eles tratados».

O documento apela seguidamente a todos os trabalhadores no sentido de que o subscrevam, uma vez que, sublinha, «a vontade dos trabalhadores expressa de maneira maciça deve poder fazer decidir aqueles que estão renitentes no caminho da unidade — o Secretariado da Intersindical».

A finalizar, e em jeito de palavras de ordem, as quatro condições que se impõem neste momento para a construção da unidade: «Por um Congresso preparado em data que garanta a sua democracia; pela paridade na Comissão Nacional Organizadora; pelo livre acesso dos órgãos de Informação ao Congresso de todos os sindicatos para a unidade; pela central sindical única, autónoma, democrática e independente».

Assina este apelo a Comissão de Redacção da Carta Aberta, composta pelos seguintes sindicatos: Escritórios de Lisboa, Bancários do Sul e Ilhas, Escritórios do Porto, Motoristas do Porto, Metalúrgicos de Aveiro, Correios e Telecomunicações e Escritórios e Caixeiros de Faró.

16 SET. 1976

Trabalhadores na Imprensa exigem abandono da «Carta Aberta»

EM assembleia geral do Sindicato de Trabalhadores na Imprensa, efectuada há dias, foi aprovada uma proposta que vincula a direcção daquele sindicato a defender os seguintes pontos durante a preparação e realização do Congresso dos Sindicatos: «A desligar-se dos sindicatos subscri-

toros da «Carta Aberta», nomeadamente recusando-se a participar nos seus encontros; participar nos seus encontros; a participar em todas as reuniões convocadas pelo Secretariado da Intersindical ou seus órgãos inferiores; a realização do Congresso dos Sindicatos ainda durante o corrente ano; a proporcionalidade do voto em relação ao número de trabalhadores sindicalizados em cada sindicato, correspondendo 1 voto por cada mil trabalhadores; a combater o direito de tendência nos sindicatos; a combater a criação de qualquer outra estrutura paralela à da Intersindical; a que a comissão organizadora do Congresso dos Sindicatos seja eleita em assembleia geral de sindicatos, reprovando qualquer tentativa de eleger a comissão tendo em conta tendências políticas ou sindicais.»

O teor daquela proposta foi distribuído à classe inserido num comunicado subscrito por um grupo de proponentes e aprovantes da proposta em causa, os quais acusam a direcção de se ter recusado a proceder à respectiva divulgação entre a classe. É também criticado o facto de apenas terem estado presentes na assembleia dois elementos dos corpos gerentes, faltando todos os membros da Mesa, o que os signatários do comunicado classificam como «sabotagem».

O teor daquela proposta foi distribuído à classe inserido num comunicado subscrito por um grupo de proponentes e aprovantes da proposta em causa, os quais acusam a direcção de se ter recusado a proceder à respectiva divulgação entre a classe. É também criticado o facto de apenas terem estado presentes na assembleia dois elementos dos corpos gerentes, faltando todos os membros da Mesa, o que os signatários do comunicado classificam como «sabotagem».

SINDICATO DOS TRABALHADORES NA IMPRENSA

Porta fechada para a "Carta aberta"

— direcção não cumpre decisões

A direcção do Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa parece apostada em furta-se às decisões recentemente tomadas pelos sócios, em assembleia geral expressamente convocada para discutir questões relacionadas com o Congresso dos Sindicatos, na qual se decidiu que os dirigentes desta organização sindical se desvinculem do grupo da Carta Aberta.

Nessa assembleia, convocada pela mesa da assembleia geral, que não compareceu, foi deliberado que a direcção deveria passar a participar em todas as reuniões convocadas pelo secretariado da Intersindical, vinculando-se a defender a realização do Congresso durante o corrente ano, a combater o direito de tendência nos sindicatos e a criação de qualquer estrutura paralela, e a respeitar o princípio da proporcionalidade do voto em relação ao número de trabalhadores sindicalizados.

O Sindicato dos Trabalhadores na Imprensa está filiado na Intersindical, mas a actual direcção tem participado nas reuniões da Carta Aberta, que os sócios consideram «parale-

las à estrutura sindical portuguesa».

O teor da proposta aprovada na assembleia do dia 2 foi agora divulgado por um grupo de sócios, entre os quais o respectivo proponente, já que a direcção se recusou a dar conhecimento dela à classe.

Acusam-na, aliás, de «conduta antidemocrática e anti-estatutária», baseada em diversos factos, nomeadamente a não comparência, naquela assembleia, dos elementos dos corpos gerentes que têm participado nas reuniões de Coimbra, «procurando com isso que essa actividade, realizada sem a aprovação da classe não pudesse ser discutida».

Acréscce que a direcção recusa vincular-se às decisões agora tomadas em relação ao Congresso dos Sindicatos, invocando que só lhes daria cumprimento se, simultaneamente, se tivesse convocado uma assembleia na secção norte — coisa que a mesa não fez, «fugindo ao compromisso de uma linha de actuação democraticamente aprovada pela classe, para os corpos gerentes poderem continuar a actuar a seu bel-prazer».

D. Lx -
16/9/1976

Sindicatos democráticos contestam a INTER

O sindicalismo continua a ser notícia — dê-lo-á com certeza, — disse estamos plenamente convencidos —, nos tempos mais próximos.

A polémica gerada em torno do tema Unidade/Unicidade tem sido uma constante em toda a actividade sindical portuguesa no período pós-25 de Abril. Essa mesma actividade, porém, através do radicalismo de posições a que se tem vindo a assistir desde aquela data e que apontam objectivamente para o golpismo, faz naturalmente prever que não se poderá evitar a cisão no movimento sindical português, tal como, aliás, prevíamos em artigos anteriores que rubricámos nas páginas deste jornal.

Com efeito, a acção desenvolvida pela Intersindical e suas estruturas paralelas nestes dois últimos anos,

influenciou, de uma forma notória, a mentalidade que prevalecia em muitos dos sindicalistas portugueses.

E isso vem-se reflectir concretamente no âmbito da notícia que hoje inserimos, relacionada com o último encontro realizado em Coimbra nos passados dias 13 e 14 de Setembro, entre representantes de cinquenta e um sindicatos da linha democrática afectos à «Carta Aberta». Na verdade, as várias linhas político-sindicais presentes a esse encontro agiram de um modo tal que, — segundo julgamos saber —, fez evidenciar uma certa confusão nas pessoas, o que, de resto, veio a reflectir-se até nas conclusões que foram aprovadas.

E assim que, em certos aspectos, se fez toda uma tentativa para fazer

valer pontos de vista, que podemos classificar de radicalistas, e que, em nossa opinião, interpretamos como contradição dos princípios democráticos defendidos pelos sindicatos solidários com o espírito da «Carta Aberta».

Daí que, a expectativa gerada em torno deste encontro, não só pelo que dele pudesse vir a sair relativamente às resoluções do plenário da Inter do passado dia 4, como também pela reacção do bloco afecto ao MRPP que se previa, (dado o descontentamento até aí evidenciado, em relação às posições defendidas pela Comissão de Redacção da «Carta Aberta», quanto à composição da Comissão Organizadora do Congresso), fosse, de certo modo,

iludida. Efectivamente, só no ponto relativo à análise das resoluções do plenário da Inter de 4 de Setembro último, é que o citado bloco afecto ao MRPP, (que envolve, ao que julgamos saber, oito sindicatos), fez visar a sua acção. O documento apresentado por esse grupo constituíu, de facto, o ponto polémico de quase todo o encontro. Com efeito, os próprios pormenores de linguagem que nele se vislumbram, fizeram notar a dificuldade que há de uma linha político-sindical declaradamente afecta ao PS não poder levar em conjunto com a do MRPP qualquer acção construtiva no movimento sindical português.

Desta confrontação de linguagem, e até de métodos de actuação, foi

visível o modo estranho como o bloco do MRPP actuou. Sendo toda a sua actuação pautada por um declarado anti-social-fascismo, não se compreende que tenha vindo para este encontro fazer, no fundo, todo o jogo do adversário, que é o praticado pela Inter, e já de todos nós sobejamente conhecido.

De notar, que, a acção desenvolvida por aquele bloco, foi toda ela movida segundo os métodos utilizados pela Inter. Desde posições sectárias até à própria chantagem, tudo serviu para fazer prevalecer os seus pontos de vista, na defesa do citado documento.

Apesar de tudo, não pode estranhar-se que tal tenha acontecido, já que, na reunião realizada no

Porto pelo MRPP, para análise da situação e perspectivas futuras, se afirmou, segundo documentos que circularam, que «a linha revisionista e social-fascista se apoderou do Comité Central do MRPP». E não há dúvida nenhuma que o modo de actuação do bloco a que nos temos vindo a referir, no decorrer do encontro de Coimbra, foi, todo ele, baseado, nos métodos sociais-fascistas próprios da Inter.

Mas mesmo assim, os sindicatos presentes acabaram por aprovar um documento que, no seu conteúdo, contesta a acção desenvolvida pela Inter, que classificam de «factor de cisão», pela sua prática declaradamente «golpista, anti-democrática e dependente».

INCOMPETÊNCIA OU DESASTRE? (!)

Para quem, como nós, tem vindo a salientar a importância do Partido Socialista na evolução política portuguesa — não tanto pelos resultados eleitorais, mas pela estrutura social dos seus apoios militantes e simpatisantes — a alocação ao País do seu secretário-geral, provoca uma sensação de espanto, pela incapacidade demonstrada (em nome de uma esquerda e de um socialismo que se diz assumir) para enfrentar e propor a mudança radical da sociedade e do sistema económico, que a situação histórica exige. Na procura de soluções que, apoiadas na capacidade e vontade colectiva, possam ser a resposta alternativa a uma saída, que nos parece cada vez mais próxima e mais negra e para a qual a prática deste Governo, tal como a do VI Provisório, nos empurram. Não ficámos impressionados com a «boutade» do dr. Mário Soares aos jornalistas «ou isto, ou o Chile!... que comentaremos mais adiante, mas com a ausência de resposta, por sinais evidentes de impotência, aos grandes problemas que afligem a sociedade portuguesa (e para nós, na senda de António Sérgio, são os económicos a causa de todos os outros).

Mostrámos em apontamento anterior, que o sistema produtivo português, insuficiente e incapaz, foi agravado por factores que poderemos considerar alheios ao «processo», em 35 a 45 milhões de contos por ano, na balança de pagamentos com o estrangeiro (aproximando-se do fim a capacidade de absorção do défice pelas reservas) e 450.000 a 500.000 desempregados, situação esta que é já típica de tensões inflacionistas internas, que irão ser agravadas pelas tendências para alta dos preços, nos mercados internacionais.

Explicou o Primeiro-Ministro como iria administrar (seja, governar) o emprego, de modo a resolver o problema da subsistência dos seus concidadãos? Eis algumas respostas: 1) - aumentam-se as sobretaxas e limitam-se as importações de vários produtos o que, afectando quer actividades comerciais, quer produtivas de sectores deles dependentes, vai criar faltas, subidas de preços, dificuldades de compra, logo mais desemprego, e mais inflação. 2) admite a falência técnica das empresas onde o Estado interveio para assegurar empregos — intervenções estas, note-se, que foram sempre feitas após inquéritos oficiais demonstrativos de fraude, fugas às respon-

sabilidades, insolvências, ou dívidas enormes à banca ou entidades públicas — e também das empresas em autogestão, o que portanto agravará mais o problema do desemprego. (3) Menciona novos investimentos públicos, uns capital-intensivos e herdados de Caetano (Sines), petroquímicas, siderúrgicas, barçagens, produção eléctrica) que vão criar, se tanto, uma dezena de milhares de postos e outros que são operários reconversões de indústrias já em crise (frigoríficos, electrodomésticos, tractores, vagões) e portanto apenas de manutenção de postos de trabalho.

Explicou como se iria aumentar a produção e o investimento no sector privado? Não, mas «acariciou» a «iniciativa privada» iniciativa de cuja ausência se queixava o próprio Marcelo Caetano, quando não era aliciada por condições de elevado protecção — explicando que ela seria fundamental para o relançamento da economia e que para esse objectivo, quer os créditos, quer as relações de trabalho, seriam «normalizados». Que propostas concretas foram já feitas por parte da CIP que aguardem essa clarificação? Até agora apenas vieram a público três indicações: uma exigindo ao

VÍTOR BENTO

Governo, em 1575, a construção de 40.000 fogos (pagos pela comunidade, bem entendido) outra sugestão aos investidores estrangeiros a continuação do boicote ao investimento (o que naturalmente fará, independentemente dessa sugestão, e por razões «técnicas», enquanto as autoridades portuguesas não lhes oferecem esquemas «operacionais» de exploração de mão-de-obra e de outras vantagens naturais) a terceira desejando que os sindicatos entrem na «ordem» (o que não é nada «europeu»).

Quando ao problema da habitação, que não haja ilusões. Um exemplo: um trabalhador conseguiu um pé-de-meia de 1.000 contos (não sorria, leitor, porque nós os portugueses somos dados a estes «milagres»). Tem, entre outras, duas alternativas de apoio à «reconstrução nacional»: ou compra títulos do Tesouro, que lhe dão o rendimento líquido de 100 contos por ano, ou «participa» na resolução do problema da habitação e compra um andar (pequeno) em Lisboa a um «empreendedor-construtor», o qual terá de alugar, para ter o mesmo rendimento, por 10

Continua na pág. 4

R.S.F.F.

VÍTOR BENTO ESCREVE SOBRE A ALOCUÇÃO DE SOARES

Continuação da pág. 2

contos por mês, já não contando com as despesas de conservação e outros problemas. Será possível e realista? Achamos que não. Achamos que o problema da habitação tal como todas as questões do sistema económico português deverá ter agora, depois da crise do capitalismo internacional e português e a libertação sindical, uma outra perspectiva, o que obriga a uma eficiência profissional e empresarial que não está ainda em curso, embora possa ser iniciada por quem detem o capital financeiro (o Estado). Quanto às outras actividades produtivas, quem conhece as estruturas da indústria e do comércio portugueses (e um Primeiro-Ministro, secretário-geral de um grande partido certamente conhece) sabe que têm sido actividades periféricas, de arrastamento pelo sistema económico global, digamos «modos de vida» e não capacidades empresariais. Mais se estranha que não se apliquem antes os métodos tradicionais das «sociais-democracias» (Suécia, Inglaterra), isto é, penalizar fortemente o capital que estagne e não «arrisque» e aliciar aqueles que cria empregos e arrecada divisas.

Quanto às relações de trabalho, encontrou nelas o Primeiro-Ministro o alvo preferido. Contudo, o absentismo, as greves de fracções minoritárias, os salários reais triplicados ou quintuplicados devido a horas extraordinárias, não fazem parte de nenhum objectivo ou meta política sindical que interesse aos trabalhadores nem foram por estes defendidos. Pena que não se tenham mencionado outros exemplos, embora as referências a casos particulares não ajudem o rigor das mensagens, por demagógicas, como o dos médicos que, passando ao desbarato, atestados de «baixa», são uma classe onde muitos ganham centenas de contos por mês, fornecendo um serviço que compete ao Estado providenciar. E os senhores deputados, com um «part-time» que deve ser o melhor do país? Quem tem culpa que existam dezenas ou centenas de contratos colectivos de trabalho horizontais de classe? Que não se tenham formado grandes sindicatos verticais sectoriais? Que haja disparidades salariais entre sectores e entre actividades privadas e públicas? Quem tem culpa do procedimento anárquico, ou da aceitação dos «golpismos» e pressões (onde é que não tem havido oportunismos?)? Não é o departamento governamental, que deveria já ter estabelecido uma política nacional de salários e rendimentos? E, consequentemente de preços e de circuitos de comercialização

de produtos essenciais? O tão falado «controlo de gestão» se vier a ser aplicado não responsabilizará definitivamente os trabalhadores?

Quanto ao Alentejo, são de espantar as afirmações do Primeiro-Ministro. Quem está satisfeito com a Reforma Agrária, em termos de obra acabada? O que aconteceu foi pura e simplesmente a passagem das terras para as mãos dos trabalhadores, deixados depois entregues à sua sorte. Se a Reforma propriamente dita, não existe, em termos de máximo aproveitamento das potencialidades da terra e pessoas e do agrupamento e ordenamento das propriedades e sua gestão, de quem é a culpa? Para as empresas nacionalizadas foram nomeados administradores, mas quem foi para os campos? Porventura já baixaram as produções, isto é, não foi cumprido o papel da actividade agrícola? Se os sindicatos recrutam em termos de «meter» nas herdades o mais possível de gente, que antigamente nem sequer tinha trabalho regular (porque eram considerados velhos ou mulheres) será esse um propósito recriminável? O problema dos pouzios e do aproveitamento total das terras tem muito que se lhe diga e há opiniões técnicas divergentes. O deserto israelita sempre foi de pouzios e agora produz. Portanto não há situações irremediáveis desde que a técnica actue.

A questão das áreas de reserva de 50.000 pontos é outro aspecto muito delicado e controverso, se o tentarmos ver de apaixonadamente, isto é, como a existência de pequenas «ilhas» dos expropriados no meio das grandes herdades colectivas? Que problemas sociais, políticos e de convivência reciproca se vão pôr? Não esquecer que no Alentejo foi dito aos rurais (até por pessoas que ainda ocupam funções de responsabilidade) que as terras ficavam para eles. Que estávamos perante uma revolução. Enfim, enquanto o programa do Governo, fala em «controlo da gestão» e participação política dos trabalhadores, o dr. Mário Soares parece querer apanhar as «moscas com vinagre», prática que nunca levou ao sucesso, que a delicada situação política não recomenda e contraria a Constituição e os próprios princípios programáticos do Partido So-

cialista. Partido este que nomeou ministros e secretários para os sectores económicos, trabalho, agricultura, comércio externo e indústria do VI Governo, onde agora existem grandes «buracos». Quanto ao ensino esperamos ter em breve matéria que vai dar que falar. Ainda não vimos, por exemplo, o «diligente» ministro referir a situação da Universidade Nova esse «poço» sem fim nos orçamentos, enquanto se contesta todo o ensino superior.

É espantoso como o dr. Mário Soares vem proferindo afirmações que mais se ajustariam ao C.D.S., e que portanto só a este aproveitarão. Esperamos que, internamente, dentro do Partido, haja clareza e

espírito autocrítico, para ver onde se está a ir, agora «na hora da verdade». Qual a solução concreta que se está a oferecer aos trabalhadores? Quererá o P.S. arvorar-se em seu «procurador» ou ser parte de um todo?

Quanto à afirmação «ou isto ou o Chile!» achamo-la despropositada. Entre Allende e Mário Soares há apenas de comum a palavra «socialista». O primeiro, na prática e experiência, brutalmente interrompida. O segundo, no rótulo. Nunca se ouviu Allende acusar os operários dos «cordones» industriais e os camponeses para «pescar» popularidade nas águas de alguma pequena burguesia (que brevemente, aqui como no Chile, vai ver de que lado está a razão). Além do mais, a afirmação é atenuada da dignidade dos responsáveis político-militares, os quais estão mais comprometidos que o Secretário-Geral do PS na mudança política e que juraram o cumprimento da Constituição. O Presidente da República poderia preferi-la, como sinónimo de «ou eu, ou ditadura!» Não se confunda, contudo, «Constituição, ou Chile...» pois entre as duas há grande distância. Que é a de ficar, ou não, com sinal positivo na História deste país.

Que fará correr o dr. Mário Soares?...

NOTARIADO PORTUGUES

CARTÓRIO NOTARIAL DE MAFRA

A CARGO DA LICENCIADA EM DIREITO — MARIA JOSÉ PIMENTEL PIQUEIRA E SILVA

CERTIFICO, para efeitos de publicação que, por escritura outorgada em 10 de Setembro de corrente ano e exa-

CHEGADA AO PICO

rada branca, tu não eras senão uma lágrima vermelha — o vermelho do teu vestido intensamente vermelho — no meio dos passageiros indiferentes.

O automóvel largava. Corrida desenfreada pela estrada do Norte. Legendas no piso da estrada, pintadas, há um ano, pela febre dos sicários da FLA, e já meio apagadas pelo tempo e pelos pneus dos carros que passaram.

pedreiros famosos. Alcançávamos a Piedade, a freguesia mais rica do Pico, semeada de milhos lindos, casas americanizadas nas cercanias da igreja, carrancuda, metiam-nos pelo amplo vale do Caminho Largo, ao longo do cemitério, por entre colinas cobertas de vegetação, vária, passávamos pelos

DIAS DE MELO

profundos e negros, teus cabelos lisos de uma pretidão de seda preta, teu corpo de estátua grega no teu vestido vermelho — intensamente vermelho.

Mais um amigo que me fala: — Este ano, houve muitas batatas.

Para trás as casas da vila, algumas — chagas arreganhadas da última crise sísmica — por aqui vivida dramaticamente. Para trás o mistério — como todos, burgalhou negro h pouco a revestir-se de vege burgalho negro

Cópia 16/9/76

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS TRABALHADORES DOS TÊXTEIS LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

Rua do Conde Redondo n.º 60-2.º, 3.º, 4.º, 5.º — LISBOA

COMUNICADO N.º 87

ALERTA!!!

CONTRA A INTROMISSÃO PARTIDÁRIA NOS ASSUNTOS SINDICAIS; CONTRA AS MANO- BRAS DIVISIONISTAS NA FÁBRICA; CONTRA OS MÉTODOS ANTIDEMOCRÁTICOS

Camaradas é do conhecimento da Direcção deste Sindicato que em algumas fábricas do sector circula um documento subscrito pelas direcções dos Sindicatos conhecidos como da «CARTA ABERTA».

Este documento destina-se a recolher assinaturas levando para os locais de trabalho o maior número de artifícios que possam provocar atritos e desentendimentos entre trabalhadores.

A distribuição desse documento e sua circulação está a cargo de forças partidárias que utilizam os seus militantes no interior das empresas, visando provocar o mais possível situações de rotura que, na medida em que enfraquecem a camaradagem e a unidade da classe, abrem caminho para, com maior facilidade, as medidas de agravamento da exploração anunciadas pelo Governo consigam ir avante. Cabem dentro destas medidas o reforço do autoritarismo dos patrões, o aumento das horas diárias de trabalho e os despedimentos.

Só enfraquecidos pela divisão poderão os trabalhadores aceitar nas suas fábricas, sem luta, as medidas deste tipo apontadas pelo sr. 1.º-Ministro na Radiotelevisão Portuguesa. Sabem disso os patrões, sabe disso o Governo e sabem disso todos os que, conscientemente, hoje no movimento sindical promovem a divisão e o desacordo, negando-se à discussão.

O pior dos lobos sempre foi aquele que surge com pele de cordeiro.

É assim, camaradas, que estes sectários querem parecer a todo o custo como combatentes da unidade e profundamente golpistas se querem mascarar de democráticos.

Em nome da democracia atacam a Intersindical, em nome da «unidade» atacam a unicidade.

Camaradas, não democrático é o uso de métodos como este do abaixo-assinado, quando acerca do Congresso dos Sindicatos e da reestruturação da Intersindical, todos os esforços se fazem para uma discussão aberta e alargada a todas as fábricas a todas as colectividades e a todas as regiões.

O nosso Sindicato chegou: mesmo ao ponto de, na última Assembleia de Delegados e na Reunião Geral de Trabalhadores no Instituto Superior Técnico, convidar todos aqueles que, dos Sindicatos subscritores da «CARTA ABERTA» quiserem estar presentes em discussões comuns nas nossas Assembleias, a fazerem-no livremente com direito a intervir expondo os seus pontos de vista e ouvindo os dos camaradas dos Têxteis, Lanifícios e Vestuário.

Assim, camaradas, o que pode significar esta recolha de assinaturas para um documento que não foi discutido em parte alguma e que ainda por cima aparece nas fábricas fora de toda a organização sindical e por mão dum aparelho partidário?!

O que pretende este documento com todo o seu palavreado «democrático» e «unitário»?

Camaradas, pretende muito simplesmente dividir-nos, utilizando para isso o método nada democrático da recolha de abaixo-assinados, fora de toda a discussão e confrontação directa de ideias!

Clamam pela democracia, clamam pela unidade, mas ficam só pelas palavras. A burguesia sempre soube usar de belas palavras à mistura com a repressão sobre o povo e a exploração dos operários, mas para nós trabalhadores a realidade é bem mais importante do que todos os discursos humanistas e doutorais.

Na TV (Programa 3.ª-Feira à Noite) o que é que de concreto adiantaram os representantes da referida «CARTA ABERTA» que tanto se debateram por aquela oportunidade televisiva! PALAVRAS!...

Criticas ao Secretariado da Inter, criticas aos métodos incorrectos utilizados no interior da vida sindical, sempre o nosso Sindicato as soube fazer e sempre as fará quando para isso houver motivos. Está expresso esse princípio nos nossos estatutos

Mas fá-las-emos sempre preservando a Central Única porque ela é uma conquista muito real dos trabalhadores.

Alerta, pois, camaradas para as lágrimas de crocodilo dos que a nada mais aspiram senão ao poleiro cupulista, sectário e partidário que dizem combater.

**— PELA REESTRUTURAÇÃO DA CENTRAL ÚNICA
DOS TRABALHADORES PORTUGUESES — INTER-
SINDICAL NACIONAL**

— VIVA A UNIDADE E A UNICIDADE SINDICAL !

**— VIVA A DEMOCRACIA OPERÁRIA NO MOVI-
MENTO SINDICAL !**

— VIVA A CENTRAL SINDICAL ÚNICA !

Lisboa, 15 de Setembro de 1976.

Pel'A DIRECÇÃO
a) (ilegível)

Sindicato dos Electricistas do Norte

CONGRESSO DOS SINDICATOS

MOÇÃO

Delegados Sindicais do Sindicato dos Electricistas do Norte, seguindo atentamente o desenrolar de todos os trabalhos a criação de um verdadeiro Congresso de Sindicatos para que todos os trabalhadores saiam verdadeiramente mais unidos e fortes perante a classe exploradora há muito bastante unida nas suas organizações de classe como CIP e CAP e cujos objectivos, todos os explorados não devem ter dúvidas que não é outro senão a eliminação de todas as conquistas da classe trabalhadora desde já aplicados no órgão supremo da Nação — a Constituição Portuguesa, decidem:

- 1 — Apoiar os Corpos Gerentes do nosso Sindicato pela maneira honesta, correcta e conhecedora como até ao presente têm participado nos trabalhos de edificação do próximo Congresso;
- 2 — Alertar todos os trabalhadores que no momento presente devem estar mais do que nunca, unidos nas suas organizações de classe;
- 3 — Apelar a todos os Dirigentes Sindicais a sua participação como defensores responsáveis dos trabalhadores, para que a concretização do Congresso dos Sindicatos seja uma autêntica jornada de UNIDADE DE TODOS OS TRABALHADORES.

Aprovada por maioria com 3 abstenções, na Assembleia Geral de Delegados em 15/9/76.

COMUNICADO

Não podendo estar indiferentes os componentes do Secretariado de Delegados Sindicais do nosso Sindicato, perante o discurso ameaçador e insensato feito pelo primeiro-ministro Dr. Mário Soares em 9/9/76, propõem a esta reunião geral de Delegados a seguinte Moção que a ser aprovada deverá ser enviada aos órgãos de Informação para publicação:

MOÇÃO

Delegados do Sindicato dos Electricistas do Norte reunidos em reunião geral de 15/9/76, dando conta que o discurso pronunciado pelo primeiro-ministro Dr. Mário Soares outro objectivo não procurou senão atacar os trabalhadores, quer através das suas organizações quer sobre as suas conquistas alcançadas após o 25 de Abril de 1974, manifestam neste momento o seu repúdio perante:

- a) — A intervenção do Governo na Lei Sindical com o objectivo de permitir e fomentar a divisão dos trabalhadores;
- b) — A entrega das Empresas em Auto-Gestão e as Cooperativas aos patrões que tudo fizeram para lançar os seus trabalhadores no desemprego e na miséria;
- c) — A ameaça de recuar nas próprias Nacionalizações;
- d) — Os ataques feitos à Reforma Agrária e outras conquistas fundamentais que só foram possíveis pela luta e sacrifícios dos trabalhadores.

NA LUTA, NA UNIDADE E NA RAZÃO

OS TRABALHADORES VENCERÃO.

Aprovada por maioria com 5 abstenções.

Porto, 16 de Setembro de 1976.

Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Conservas de Peixe do Norte do País

MOÇÃO

DELEGADOS SINDICAIS CONSERVEIROS, reunidos no dia 15 de Setembro de 1976 e face ao próximo CONGRESSO SINDICAL decidem:

- 1.º — REPUDIAR como DIVISIONISTA e ANTI-OPERÁRIA a actividade dos Sindicatos signatários da «Carta Aberta».
- 2.º — APOIAR por todas as formas a COMISSÃO ORGANIZADORA NACIONAL DO CONGRESSO (CNOC) para que o próximo CONGRESSO seja UMA REALIDADE, um factor e UNIÃO DE TODOS OS TRABALHADORES PORTUGUESES.
- 3.º — Propomos que a DIRECÇÃO do NOSSO SINDICATO, promova a Discussão através de Assembleias (PLENÁRIOS) para que todos os TRABALHADORES CONSERVEIROS compreendam o PERIGO DA DIVISÃO DO MOVIMENTO SINDICAL.

Que esta moção seja publicada em todos os jornais Diários e enviada à Rádio e TV.

Aprovada por Unanimidade.

OS DELEGADOS SINDICAIS

Plenário da UTIC discute congresso dos sindicatos

Os trabalhadores da UTIC, reunidos em plenário, procederam à análise dos problemas que se têm levantado à realização do Congresso dos Sindicatos. Numa moção aprovada a propósito, tomaram um conjunto de decisões, de que destacamos:

«Que os delegados sindicais da UTIC organizem um plenário, nos próximos 15 dias, e que a ordem de trabalhos seja o Congresso dos Sindicatos; que no decorrer deste período os delegados sindicais divulguem na UTIC toda a documentação existente sobre o Congresso; que os delegados sindicais exijam das suas direcções sindicais que se façam representar neste plenário, para esclarecerem a sua posição e ouvirem os trabalhadores sobre o assunto; que igualmente sejam convidados a estarem presentes representantes do Secretariado da Intersindical Nacional, da Comissão Organizadora Provisória (eleita na última reunião geral de sindicatos realizada no dia 4/9/76) e representantes da Comissão de Redacção da «Carta Aberta»; que a Comissão de Trabalhadores colabore também na realização deste plenário, pa-

ra que ele venha a ter uma grande participação dos trabalhadores da UTIC e para que a voz destes seja também ouvida na discussão sobre tão importante assunto.»

Nos considerandos desta moção, além de se sustentar que «a polémica existente fora das estruturas do movimento sindical é aproveitada pelos inimigos dos trabalhadores», afirma-se que as direcções dos 13 sindicatos que representam os trabalhadores da UTIC «têm o dever de vir aos locais de trabalho discutir com os trabalhadores o problema do Congresso dos Sindicatos».

Numa outra moção, igualmente aprovada e dirigida aos órgãos do Poder, exige-se «o castigo devido ao fascista Spínola, o rápido julgamento dos pides e o regresso à prisão dos altos responsáveis dessa criminosa polícia, os quais em liberdade constituem um perigo permanente para as liberdades democráticas que pretendemos preservar». Os trabalhadores da UTIC solicitam ainda que «o desmantelamento das redes bombistas seja levado até às últimas consequências, com o devido castigo para os seus autores e responsáveis».

DLx 16/8/76

Medidas que solucionem problemas que afligem os trabalhadores

— pretendem os metalúrgicos

A recente comunicação ao País, feita pelo Primeiro-Ministro, foi ontem criticada pelo Secretariado Nacional dos Sindicatos dos Metalúrgicos, em conferência de Imprensa realizada na respectiva Federação. Na oportunidade, foram ainda analisadas questões como a Contratação Colectiva do sector e o próximo Congresso dos Sindicatos.

Assim, de acordo com documentos aprovados no plenário de direcções sindicais metalúrgicas, nos dias 13 e 14 do mês corrente, medidas do tipo das que foram preconizadas pelo dr. Mário Soares, «são contrárias ao espírito do 25 de Abril e impedem a concretização dos objectivos consignados na Constituição».

Num documento lido no início da conferência de Imprensa, afirma-se, ainda, que «está em curso uma feroz e generalizada ofensiva das forças da reacção capitalista e seus aliados contra os sindicatos revolucionários e a Central Única dos Trabalhadores portugueses, contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controlo operário».

Em contraproposta às medidas governamentais anuncia-

das no discurso do Primeiro-Ministro, os metalúrgicos referiram aquilo que consideram poderem vir a ser as «soluções para os grandes problemas que neste momento afligem os trabalhadores»: revogação imediata dos Decretos-Lei 530/76, 422/76 e toda a legislação antipopular; criação imediata de novos postos de trabalho; congelamento dos preços dos produtos essenciais; assistência aos reformados e aumento das pensões de reforma; fim dos despejos; obrigatoriedade de negociação e cumprimento pelo patronato dos CCT's; apoio imediato à Reforma Agrária em meios técnicos e na comercialização dos seus produtos; combate firme à sabotagem económica; obrigatoriedade do cumprimento dos contratos do arrendamento rural; reintegração dos trabalhadores saneados após o 25 de Novembro; e julgamento imediato de «pides» e bombistas.

CONGRESSO DOS SINDICATOS

Como referimos, também os trabalhos preparatórios e a realização do próximo Con-

gresso dos Sindicatos foram objecto de análise das direcções dos sindicatos metalúrgicos, em representação de cerca de 200 mil trabalhadores.

Sobre o assunto assinalam que «é tempo de avançarmos unidos na organização do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da central única» pois «só assim seremos capazes de nos pormos com êxito à ofensiva de recuperação capitalista em marcha».

Por outro lado, em clara referência aos sindicatos signatários da «Carta Aberta» os metalúrgicos consideram que as reuniões efectuadas em Coimbra «não servem os interesses de quem trabalha, antes favorecem a divisão do movimento sindical que, a verificar-se, desarmaria os trabalhadores face à ofensiva da recuperação capitalista em curso». Pelo contrário, as direcções dos sindicatos metalúrgicos apoiam as decisões tomadas pelos 170 sindicatos que se reuniram em Lisboa no passado dia 4.

Tendo em consideração os resultados dessa reunião, os

metalúrgicos consideram que «estão assim criadas as condições para que nenhuma direcção sindical possa, sem trair os trabalhadores que representa e os princípios democráticos, afastar-se da organização e do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da central única».

CONTRATAÇÃO COLECTIVA

A terminar, foi abordado o problema da Contratação Colectiva do sector, que opõe os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica «as associações patronais das cutelarias e das montagens e reparações de automóveis», as quais, afirma a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, «continuam a faltar às negociações a que se comprometeram no Ministério do Trabalho».

Aquela Federação acrescenta que, apesar de o ministro do Trabalho não ter ainda respondido a uma proposta feita em 7 do corrente pela comissão sindical de negociações do CCT Vertical para que lhe fosse concedida «uma entrevista a fim de se encontrar uma solução para o conflito», os dirigentes metalúrgicos «querem ainda acreditar» que aquele membro do Governo «será capaz de intervir a tempo de evitar um conflito que envolve mais de duzentos mil trabalhadores e cujas consequências são imprevisíveis».

Caso aquele Ministério não resolva o problema, os trabalhadores do sector, reunidos em assembleias gerais, em todo o País, decidirão das formas de luta a pôr em prática — foi ainda afirmado por um elemento do Secretariado Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos.

MAIS DECISÕES

Outras decisões tomadas pelas direcções dos Sindicatos Metalúrgicos respeitam a um pedido de audiência a fazer ao dr. Mário Soares, a fim de lhe expor as decisões tomadas pelos representantes dos trabalhadores. Da diligência foi encarregado o Secretariado da Federação dos Metalúrgicos.

No âmbito sde contactos com outras instâncias governamentais, o Secretariado deverá ainda tentar audiências com as administrações da RDP e RTP, assim como com o secretário de Estado da Comunicação Social, para lhes transmitirem, em nome das centenas de milhares de trabalhadores que representam, a sua preocupação pelo «sectarismo e a escalada reacção nos órgãos de Informação», principalmente no que respeita à Rádio e à Televisão.

Por fim, foi decidido enviar à C. U. T. chilena uma mensagem de pésames pela morte de Luis Figueira, antigo secretário-geral daquela central sindical e ministro do Trabalho do Governo de Allende.

PUB.

FEDERAÇÃO DOS SINDICATOS FERROVIÁRIOS

Rua dos Fanqueiros, 250-4.º Esq. — Lisboa 2 — Telef. 87 39 98

MOÇÃO SOBRE O CONGRESSO DOS SINDICATOS

Os delegados ferroviários reunidos em Plenário Nacional no Entroncamento no dia 13/9/76; Considerando que só na unidade se consegue avançar; Considerando que certas forças tentam dividir o Movimento Sindical, precisamente para enfraquecer todo o movimento da unidade dos trabalhadores;

Decidem:

Apoiar as decisões do Encontro Nacional dos Sindicatos de 4/9/76 convocado pelo Secretariado da Intersindical, que reuniu 170 Sindicatos um dos maiores encontros do Movimento Sindical Português; importante passo para a vitória no caminho da unidade, e clara derrota para aqueles que tudo fizeram para diminuir a importância deste Encontro. Dinamizar a discussão pelos trabalhadores ferroviários dos problemas relacionados com o Congresso dos Sindicatos designadamente a análise do projecto do regulamento, de acordo a permitir uma larga participação dos trabalhadores na preparação do Congresso. É no debate franco e aberto no seio das suas organizações sindicais, que os trabalhadores resolvem as suas divergências e fortalecem a sua unidade.

Apelamos, pois às Direcções Sindicais que ainda recusam o diálogo no seio do Movimento Sindical sobre o Congresso para que se juntem à grande maioria dos sindicatos que lutam por um congresso de unidade para a reestruturação da Central Única dos Trabalhadores. Se não o fizerem assumirão perante todos os trabalhadores do País a responsabilidade histórica de contribuírem para a divisão dos trabalhadores e do Movimento Sindical, que é neste momento a grande aspiração do patronato.

Entroncamento, 13/9/76.

Metalúrgicos criticam discurso de Mário Soares e posição da «carta aberta»

Seiube
16/9/76

O Congresso dos Sindicatos, a comunicação recente do Primeiro-Ministro e a contratação colectiva do sector foram os principais pontos abordados numa conferência de Imprensa do Secretariado Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, efectuada na sede da respectiva Federação, em Lisboa.

Durante a conferência foram divulgadas as conclusões do plenário de direcções sindicais metalúrgicas realizado em 13 e 14 do corrente mês.

«Está em curso uma feroz e generalizada ofensiva das forças da reacção capitalista e seus aliados contra os Sindicatos revolucionários e a Central Única dos trabalhadores portugueses, contra a Reforma Agrária, as nacionalizações e o controle operário» — afirma-se num documento lido no início da conferência, no qual, «as direcções dos Sindicatos Metalúrgicos apelam para todos os trabalhadores de todo o País e de todas as profissões para que façam da preparação e realização do Congresso de todos os Sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única uma ampla campanha de massas contra o divisionismo e o oportunismo, pela unidade dos explorados, contra a recuperação capitalista e o fascismo, pela democracia, pelo socialismo.»

Numa alusão ao grupo da «Carta Aberta» as direcções dos Sindicatos Metalúrgicos consideram que as reuniões levadas a efeito em Coimbra «não servem os interesses de quem trabalha, antes favorecem a divisão do movimento sindical que, a verificar-se, desarmaria os trabalhadores face à ofensiva da recuperação capitalista em curso». Apoiam, por outro lado, as decisões tomadas pelos 170 sindicatos filiados e não filiados na Intersindical reunidos em Lisboa, em 4 do corrente, considerando aquela reunião, «na qual se elegeu democraticamente uma comissão organizadora provisória do Congresso», como «um importante passo adiante para o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses do movimento sindical».

Num outro documento, cujo texto foi aprovado pelos sindicatos metalúrgicos de todo o País, com uma abstenção do sindicato de Aveiro, as direcções sindicais metalúrgicas tomam posição face à recente comunicação ao País do Primeiro-

-Ministro, discordando das ideias que Mário Soares «tem acerca de quem são os autores da crise actual» e dos «modos como vai tentar resolver a crise de que falou», ou seja, dizem, «à custa dos trabalhadores».

Depois de enumerarem os pontos do discurso do Primeiro-Ministro que os «afecta directamente, tais como restrição do direito à greve, títulos do tesouro em paga de parte do 13.º mês, entrega de empresas em auto-gestão, incentivo aos despedimentos», afirmam que «não é com medidas deste teor que o Governo conseguirá obter a confiança dos trabalhadores e a sua mobilização entusiástica e indispensável nas grandes tarefas de reconstrução nacional», e que «o Governo «esqueceu-se» de apresentar medidas e soluções para os grandes problemas que neste momento afligem os trabalhadores» e que consideram ser nomeadamente os seguintes: «criação imediata de novos postos de trabalho; congelamento dos preços dos produtos essenciais; assistência aos reformados e aumento das pensões de reforma; fim dos despejos; obrigatoriedade de negociação e cumprimento pelo patronato dos CCT; apoio imediato à Reforma Agrária, em meios técnicos e na comercialização dos seus produtos; combate firme à sabotagem económica; obrigatoriedade de cumprimento dos contratos de arrendamento; re-integração dos trabalhadores saneados após o 25 de Novembro; julgamento imediato de pides e bombistas».

Decidiram, assim, que o Secretariado da Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos peça uma entrevista ao Primeiro-Ministro, para lhe ser apresentada a posição do sector referente a cada ponto do seu discurso. O Secretariado foi também incumbido de propor uma entrevista ao secretário de Estado da Comunicação Social, a quem pedirão que «tome medidas contra a escalada reaccionária em certos órgãos de Informação».

Finalmente, foi abordado o problema da contratação colectiva do sector, que «opõe os trabalhadores da metalurgia e metalomecânica às associações patronais das cutelarias e das montagens e reparações de automóveis», as quais, afirma a Federação Nacional dos Sindicatos Metalúrgicos, «continua a faltar às negociações a que que

se comprometeram no Ministério do Trabalho».

Aquela Federação acrescenta que, apesar de o ministro do Trabalho não ter ainda respondido a uma proposta feita em 7 do corrente pela comissão sindical de negociações do CCT vertical para que lhe fosse concedida «uma entrevista a fim de se encontrar uma solução para o conflito», os dirigentes metalúrgicos «querem ainda acreditar» que aquele membro do Governo «será capaz de intervir a tempo de evitar um conflito que envolve mais de duzentos mil trabalhadores e cujas consequências são imprevisíveis».

Caso aquele Ministério não resolva o problema, os trabalhadores do sector, reunidos em assembleias gerais em todo o País, decidirão das formas de luta a por em prática — foi ainda afirmado por um elemento do Secretariado da Federação dos Sindicatos Metalúrgicos.

SINDICATOS METALÚRGICOS CRITICAM O DISCURSO DO PRIMEIRO-MINISTRO

● Reuniões da «Carta Aberta» não servem trabalhadores

● Pedida audiência ao Primeiro-Ministro

«As medidas antioperárias anunciadas pelo Primeiro-Ministro não merecem nem podem merecer das organizações sindicais qualquer apoio ou colaboração e, a concretizarem-se, criarão um clima de desestabilização social propício às manobras da direita reaccionária» — afirmam as direcções dos Sindicatos dos Metalúrgicos de todo o País, num longo documento de análise ao discurso que o dr. Mário Soares dirigiu à Nação na passada semana.

«Medidas deste tipo» — consideram ainda as direcções metalúrgicas, referindo-se ao discurso do Primeiro-Ministro — «são contrárias ao espírito do 25 de Abril e impedem a concretização dos objectivos consignados na Constituição», nomeadamente na parte do texto constitucional que aponta para «a criação de condições para o exercício democrático do poder pelas classes trabalhadoras».

Acusando o Governo de se colocar assim «abertamente contra a Constituição da República Portuguesa», os dirigentes metalúrgicos manifestam-se convictos, porém, em que «os trabalhadores saberão resistir».

Para o secretariado da Federação, na passada semana «os trabalhadores portugueses foram brindados com 70 minutos de insultos e ameaças»: «falou o dr. Mário Soares, Primeiro-Ministro; a CIP, a CAP, a Associação dos Comerciantes, o PPD e o CDS apoiaram».

Do discurso do dr. Mário Soares, acrescentam as direcções sindicais metalúrgicas, pode concluir-se, quanto à situação económica do país que «a culpa da crise é dos trabalhadores, por duas razões: ganham muito e trabalham pouco». Por outro lado, pelas medidas anunciadas pelo chefe do Governo, «a crise vai ser resolvida à custa dos trabalhadores que vão ser obrigados a trabalhar mais e não terão aumentos de salários», enquanto «serão aumentados os preços dos produtos essenciais».

SOLUÇÕES CONCRETAS

Deste modo, «a crise, para o senhor Primeiro-Ministro, é fácil de explicar, na medida em que esquece os seus principais responsáveis». Para o dr. Mário Soares, continuam as direcções metalúrgicas, «o fascismo que sofremos durante 48 anos teve pouca influência na situação económica actual; a exploração desenfreada dos monopólios da Europa e dos Estados Unidos pouca ou nenhuma influência teve para o Chefe do Governo; os latifundiários, esses então, segundo o Primeiro-Ministro, abriram o caminho a uma Reforma Agrária, que se não foi o êxito esperado pelo Governo, não foi por falta de vontade dos agrários, mas por erros dos trabalhadores agrícolas». As direcções dos sindicatos metalúrgicos fazem notar ainda que «o chefe do Governo esquece que o seu partido esteve representado em parte de leão no VI Governo Provisório (...) que tomou a maioria das medidas que agravaram a situação económica, especialmente no

capítulo da dívida ao estrangeiro».

As medidas propostas pelo Governo, que o Primeiro-Ministro anunciou ao país, as direcções dos sindicatos metalúrgicos contrapõem aquelas que, em seu entender, poderão ser as «soluções para os grandes problemas que neste momento afligem os trabalhadores». São elas, a «revogação imediata dos Decretos-Lei 530/76, 422/76 e toda a legislação antipopular»; a «criação imediata de novos postos de trabalho»; o «congelamento dos preços dos produtos essenciais»; a «assistência aos reformados e o aumento das pensões de reforma»; o «fim dos despejos»; a «obrigatoriedade de negociação e cumprimento pelo patronato dos CCT's»; o «apoio imediato à Reforma Agrária, em meios técnicos na comercialização dos seus produtos»; o «combate firme à sabotagem económica»; a «obrigatoriedade do cumprimento dos contratos de arrendamento rural»; a «reintegração dos trabalhadores saneados após o 25 de Novembro»; e «o julgamento imediato de Pides e bombistas».

O CONGRESSO DOS SINDICATOS

Um outro documento aprovado na reunião das direcções dos sindicatos metalúrgicos de todo o país (com a abstenção da direcção de Aveiro), representando cerca de 200 mil trabalhadores, reporta-se aos trabalhos preparatórios e à própria realização do Congresso dos Sindicatos.

«É tempo de avançarmos unidos na organização do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da central única», proclamam, para concluírem que «só assim seremos capazes de nos opormos com êxito à ofensiva de recuperação capitalista em marcha».

Partindo do princípio de que a preparação do Congresso ocorre «num momento decisivo para o futuro das classes laboriosas da nossa Pátria», pois que «nunca como hoje, depois do 25 de Abril, o capital interno e o imperialismo avançaram tão unidos e organizados contra as conquistas dos trabalhadores e as suas organizações de classe», as direcções metalúrgicas, depois de criticarem as medidas anunciadas pelo Governo, exaltam os resultados da reunião geral de sindicatos do passado dia 4, que consideram «um importante passo adiante para o reforço da unidade dos trabalhadores portugueses e do Movimento Sindical».

Para os representantes dos operários metalúrgicos de todo o país, «estão assim criadas as condições para que nenhuma direcção sindical possa, sem trair os trabalhadores que representa e os princípios democráticos, afastar-se da organização e do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores

e pela reestruturação da central única».

CRITICA AO DIVISIONISMO

As direcções dos sindicatos metalúrgicos afirmam no entanto não poder «deixar de censurar a actuação de um reduzido número de direcções sindicais — das mais contestadas pelos associados — que, recusando-se a aceitar os princípios da democracia sindical, estão pondo em perigo a unidade dos trabalhadores e a fomentar, ainda que afirmem o contrário, a divisão e o pluralismo no Movimento Sindical Português».

Consideram ainda estas direcções que «as reuniões levadas a efeito em Coimbra por um grupo minoritário de sindicatos, com grande cobertura e apoio da Televisão, da Rádio e outros órgãos de informação de direita, não servem os interesses de quem trabalha, antes favorecem a divisão do Movimento Sindical que, a verificar-se, desarmaria os trabalhadores face à ofensiva de recuperação capitalista em curso».

As direcções dos sindicatos metalúrgicos apoiam assim «as decisões tomadas pelos 170 sindicatos filiados e não filiados na Intersindical, reunidos no dia 4 do corrente, e «chamam os promotores das reuniões de Coimbra a aceitarem os princípios democráticos e a integrarem-se na organização do Congresso». Assim, concluem, «servirão essas direcções os interesses dos trabalhadores que representam», pois que de outra forma «serão responsáveis pela divisão do Movimento Sindical, colocando-se, por mais que falem em democracia e em socialismo, ao lado do patronato».

A terminar, as direcções metalúrgicas apelam a todos os trabalhadores de todas as profissões para que «façam da preparação e realização do Congresso de todos os sindicatos portugueses pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da central única uma ampla campanha de massas contra o divisionismo e o oportunismo, pela unidade dos explorados contra a recuperação capitalista e o fascismo, pela democracia e pelo socialismo».

ENCONTRO COM MÁRIO SOARES

Na sua mais recente reunião, no âmbito da Federação dos

Sindicatos Metalúrgicos, as direcções resolveram também incumbir o respectivo secretariado de pedir uma audiência ao Primeiro-Ministro, a quem serão expostas as decisões que acima transcrevemos.

O secretariado deverá também diligenciar no sentido de ser recebido pelo secretário de Estado da Comunicação Social e pelas administrações da RTP e RDP (Radiodifusão Portuguesa), a quem transmitirão, em nome das centenas de milhares de trabalhadores que representam, a sua preocupação pelo «sectarismo e a escalada reaccionária nos órgãos de informação», principalmente no que respeita à Rádio e à Televisão. A direcção do Sindicato de Aveiro também aprovou estas decisões.

MENSAGEM À CUT CHILENA

Finalmente, as direcções metalúrgicas resolveram enviar à Central Única dos Trabalhadores chilenos (CUT) uma mensagem de pésames pela morte do «grande dirigente, do valeroso antifascista e do revolucionário» Luis Figueiroa, antigo secretário-geral daquela central e ministro do Trabalho do governo de Unidade Popular de Salvador Allende, preso nos campos de concentração de Pinochet após o golpe fascista de 11 de Setembro de 1973.

«Os trabalhadores do mundo inteiro choram um grande dirigente, um valeroso antifascista, um revolucionário», afirmam nessa mensagem as direcções sindicais metalúrgicas portuguesas. «A Federação dos Metalúrgicos de Portugal», continuam, «saúda emocionadamente a memória desse grande combatente e amigo dos trabalhadores portugueses. Com a morte do camarada Luis Figueiroa estão de luto os trabalhadores portugueses e do mundo inteiro. Caiu um lutador, mas o seu combate é de todos os explorados e oprimidos e continua até à vitória final».

Mais adiante, e a terminar a sua mensagem, as direcções dos sindicatos metalúrgicos portugueses, exprimem a sua certeza em que os trabalhadores do mundo inteiro saberão honrar a memória de Luis Figueiroa, «continuando a sua luta sem tréguas contra o fascismo e contra o capitalismo, pela liberdade e pelo socialismo».

P. Not. 16/8/76

PUBLICIDADE

**TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA DOS DISTRI-
TOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE**, reunidos em Plená-
rio, na Voz do Operário, dia 11 de Setembro, afirmam:

M O Ç Ã O

CAMARADAS:

O Movimento Sindical foi forjado e criado na luta contra o fascismo, alargado e reforçado pelos Trabalhadores, para defenderem os seus interesses de classe. Por isso temos que nos unir na luta comum que travamos por uma vida melhor, liberta da exploração.

Os nossos interesses são comuns camaradas, independentemente da ideologia política que cada um possa ter. O bacalhau é tão caro para os trabalhadores comunistas como para os socialistas, como para os de outros partidos e sem partido.

Quem diz o bacalhau diz os transportes, a renda de casa, o ensino, a saúde, etc., etc., etc.

CAMARADAS:

- Para alcançarmos salários que melhorem o nosso poder de compra.
- Para evitarmos os despedimentos e o desemprego que nos ameaça.
- Para impedirmos a recuperação capitalista.
- Para consolidarmos as nacionalizações, a reforma agrária, o controle operário, etc.
- Para que a constituição seja cumprida.
- Para que a democracia se consolide.
- Para que finde a exploração e opressão.
- Para que se construa o socialismo em Portugal.

Enfim:

Para alcançarmos todos estes objectivos, uma coisa é necessária e indispensável neste momento e sempre.

A NOSSA UNIDADE

Sem ela os nossos inimigos mais facilmente conseguirão derrotar-nos.

A nossa UNIDADE nos locais de trabalho deve ser fomentada e defendida, mas para isto também, precisamos de estar UNIDOS nos nossos Sindicatos.

Quanto mais sindicatos houverem na mesma empresa, ou seja o Pluralismo Sindical, mais difícil se torna construir a unidade, e sem esta os nossos inimigos terão mais vantagens na exploração que nos fazem.

CAMARADAS:

Vai realizar-se o Congresso de todos os Sindicatos Portugueses, onde, nos será permitido debater e discutir em conjunto com todos os outros camaradas os nossos problemas e definir a orientação para a nossa luta.

Estamos tão interessados na sua realização, quanto desinteressados estão os nossos inimigos.

CAMARADAS:

Devemos pensar que os motivos que poderão dividir-nos são insignificantes em comparação com aqueles que nos unem, e por isso facilmente ultrapassáveis.

- NÃO AO PLURALISMO SINDICAL
- NÃO AO DIVISIONISMO
- NÃO A INGERÊNCIA SINDICAL

SIM A REALIZAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES.

UNIDOS E ORGANIZADOS VENCEREMOS!

**SINDICATO DOS TRABALHADORES DAS INDÚSTRIAS DE CERÂMICA, CIMENTOS E
SIMILARES DOS DISTRITOS DE LISBOA, SANTARÉM E PORTALEGRE**

A DIRECCAO

Nota: Esta Moção foi aprovada por unanimidade e aclamação.

Debate na televisão

Socialistas da COMETNA apoiam representantes da «carta aberta»

Trabalhadores socialistas da Cometna enviaram-nos um comunicado em que, dizem, «cientemente de interpretar o verdadeiro sentir da grande maioria dos trabalhadores portugueses», apoiam incondicionalmente as intervenções de José Luís Gaspar e Vítor Gonçalves», no debate televisivo com os «representantes antidemocráticos e golpistas da linha de actuação do Secretariado da Intersindical».

Dizem ainda:

«Estes trabalhadores viram nos intervenientes atrás citados os porta-vozes da grande maioria dos trabalhadores portugueses, verdadeiramente interessados na verdadeira unidade no movimento sindical e na revogação imediata da famigerada lei de unicidade sindical imposta pelo Estado, na era do golpismo gonalvista, como é feito nos Estados totalitários. Só, e a partir da revogação da imposta lei de unicidade sindical — lei esta que reprime e restringe os direitos dos trabalhadores, será então possível a construção da ambicionada Central Sindical Única, autónoma, democrática, livre e independente.

«Denunciam o sectarismo e o paternalismo evidenciado pelos representantes da Intersindical teimando nas suas posições demagógicas, dividindo ainda mais o já dividido movimento sindical português.

«Exigem a presença dos órgãos de comunicação social em

todas as reuniões sindicais, para que os trabalhadores sejam informados do modo como os seus problemas são defendidos.

«Estes trabalhadores entendem criticar a RTP pelo pouco tempo de emissão de ontem, dia 14-9-76, dedicado a tão importante debate.»

16 de Setembro de 1976

o diário /

TN

crítica

CORREIA DA FONSECA

A QUESTÃO SINDICAL EM TERÇA-FEIRA DE TREVAS

Que o «debate» entre dirigentes sindicais promovido por «Terça à Noite» não esclareceu ninguém, já foi dito. Por todos os que a ele assistiram, de um modo geral, e também aqui, nas colunas de «o diário». Por esse lado, não pode o comentador de TV vir acrescentar nada ao que toda a gente, afinal, já sabe.

O que talvez ainda não tenha sido dito, ou pelo menos recordado com a nitidez necessária, é que a falência desta «Terça à Noite» como rubrica de esclarecimento não aconteceu por acaso.

Foi cuidadosamente preparada por quem foi para ali, para diante das câmaras, não para esclarecer quem quer que fosse, mas para se servir da TV como altifalante para a campanha de descrédito em curso contra a Intersindical Nacional.

Foi deliberadamente provocada por quem, esquecido do profundo espírito de democraticidade que o sufoca, sempre interrompeu os interlocutores, impedindo-os de expor os seus pontos de vista.

Foi benevolmente consentida por quem, devendo orientar e disciplinar o encontro, permitiu que o insulto e a calúnia se substituíssem aos argumentos e à serena exposição de factos, que o boicote pela interrupção constante impedisse o livre uso do direito de resposta.

Por isso «Terça à Noite» foi não apenas uma decepção, o que já seria mau, mas também um logro, o que é pior.

Esperaria o telespectador, legitimamente, que alguém lhe dissesse porque é que a maioria dos sindicatos portugueses rejeitou o tão apregoado princípio da «paridade» para a comissão organizadora do seu Congresso. E era fácil a resposta: porque isso corresponderia a pôr a «par» (isto é: em circunstâncias iguais) aos representantes de uma esmagadora maioria que aceita a Inter (190 sindicatos, segundo informou Joaquim Letria) e os representantes de uma minoria que subscreveu a «Carta Aberta» (Letria não disse quantos, e foi muita pena, mas sabe-se que se trata de três ou quatro dezenas de

sindicatos). Era fácil a resposta, portanto. Mas não veio. Porque foi impedida.

Esperaria o telespectador, como é natural, que lhe explicassem porque é que a unidade sindical, que todos dizem defender, não há-de poder estar inscrita na lei, se é assim tão justa e por todos desejada. Porque é que é tão mau que uma disposição tão conveniente seja obrigatória. A resposta também seria simples: porque há os hipócritas que, dizendo querer a unidade (porque é feio confessar publicamente o contrário) bem sabem que, logo que ela não seja obrigatória, nada impedirá os patrões de encomendarem sindicatos «razoáveis» e essa é porventura condição necessária para que uma certa Europa «esteja connosco». Mas a resposta simples não veio. Porque foi impedida.

Assim como foi impedido que claramente se afirmasse que os contestadores da Inter e do congresso já em organização são, de facto, uma reduzida minoria que resolveu esquecer, por esta vez, as suas constantes preocupações de respeito pela vontade das maiorias. Assim como foi impedido que se lembrasse que o decreto de Abril de 74 que consagrou a unicidade não teve discussão menos ampla, no seio dos trabalhadores, que o movimento militar e popular do mesmo Abril (25, como talvez ainda se lembrem), que derrubou o fascismo. E que um e outro, 25 de Abril e unicidade sindical, são frutos da mesma árvore e têm raízes comuns.

Tudo isto foi, na verdade, impedido, nesta «Terça à Noite». Pelo nevoeiro de palavras que ali foi largamente semeado. Pelas interrupções. Pela manifesta passividade de quem permitiu que a emissão falhasse. Mas alguma coisa terá ficado no espírito do público. Um global sentimento de confusão que desmobiliza, que desencoraja.

Como única dádiva de «Terça à Noite» a este País onde, como lá chegou a ser dito, a direita ataca e avança.

Intersindical critica nota officiosa do MT

O Secretariado da Intersindical, em comunicado distribuido aos órgãos da Informação, toma posição quanto à nota officiosa emitida pelo Ministério do Trabalho relativa à elaboração de diversas leis.

Entende a Inter que:

«No seguimento do discurso antipopular do Primeiro-Ministro a nota officiosa anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é de dar concretização aos projectos de recuperação capitalista então expostos ao País.

«O Governo propõe-se legislar sobre matérias tão importantes para os trabalhadores como são, a contratação colectiva, os despedimentos, os contratos a prazo, os direitos dos trabalhadores rurais, domésticos e estrangeiros, os saneamentos nas empresas e as empresas sob gestão operária e cooperativas.

«A prática seguida pelo Go-

verno, o discurso do Primeiro-Ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho, fornecem, infelizmente, indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores. Que não se hesita em violar a Constituição. Pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva; facilitar os despedimentos sem justa causa; impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo; permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas, devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.

«Se assim não fosse, o Ministério do Trabalho não teria recorrido na sua nota officiosa, aos malabarismos verbais com que pretende fundamentar a violação efectiva do direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legis-

lação do Trabalho, que é garantida pela Constituição.»

Afirma mais adiante:

«Por outro lado, o Ministério do Trabalho reconhece, expressamente, ao patronato o direito de intervir na elaboração das leis do trabalho, violando, assim, a Constituição que só aos trabalhadores reconhece tal direito. Deste modo, o próprio Governo dá lugar à violação da autonomia dos Sindicatos perante o patronato, ao permitir a este interferir no exercicio de direitos que só aos trabalhadores pertencem.»

«Neste simulacro de participação, há ainda a referir o prazo deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre 8 projectos de tão grande importância, cujo texto aliás, nem é dado a conhecer, que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores.

«O Governo prepara-se para transformar o direito de participação dos trabalhadores, numa consulta de fachada, a boa maneira do extinto Ministério das Corporações. Prepara-se, acintosamente, para fazer letra morta da Constituição da República, neste ponto que corresponde a uma das mais significativas conquistas do 25 de Abril. Procura criar um grave precedente a partir do qual ficariam em perigo os principais direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

«Pelo seu lado, a Intersindical não deixará de defender a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, através da estrutura sindical, e com proibição total de consulta ao patronato. Essa participação só corresponderá ao imperativo constitucional se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso dos trabalhadores, manifestado através da estrutura sindical.

E conclui:

«O secretariado da Intersindical Nacional condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores e manifesta o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia da Republica, e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho.

«Só a firme unidade dos trabalhadores e do movimento sindical no combate aos projectos antioperário do Ministério do Trabalho e do Governo permitirá alcançar tais objectivos.»

16/9/1936

INTERSINDICAL CONTRA NOTA OFFICIOSA DO M.T.

«O GOVERNO PRETENDE AFASTAR PARTICIPAÇÃO ORGANIZADA DOS TRABALHADORES

A Intersindical Nacional deu ontem a conhecer, através de comunicado, a sua posição sobre a nota officiosa do Ministério do Trabalho, divulgada no dia anterior, sobre a nova legislação para o sector e as formas de participação dos trabalhadores na elaboração dos diplomas que lhes dizem respeito. Refere o documento:

«O Secretariado da Intersindical Nacional condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho.» Noutro passo, o documento salienta: «A prática seguida pelo Governo, o discurso do primeiro-ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho, fornecem, infelizmente, indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores, que não se hesita em violar a Constituição, pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva, facilitar os despedimentos sem justa causa, impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo, permitir a reintegração dos fascistas nas empresas, devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.»

Quanto ao aspecto da participação dos trabalhadores na elaboração da legislação que lhes

respeita directamente «só responderá ao imperativo constitucional se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso manifestado através da estrutura sindical.

Prazo reduzido

Mais adiante, o comunicado da Intersindical atribui à nota officiosa do Ministério do Trabalho o objectivo de «pretender afastar a intervenção organizada dos trabalhadores sempre que seja o Governo a tomar a iniciativa de elaborar leis do trabalho». E continua: «Não admira, pois, que o Ministério do Trabalho apele a uma participação desorganizada, divisionista, completamente à margem da estrutura sindical, para impedir que se realize a unidade dos trabalhadores sobre o conteúdo da legislação do trabalho a reivindicar perante os órgãos do Estado». Mais adiante, o texto salienta a exiguidade do prazo concedido, considerando-o «deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre 8 projectos de tão grande importância, cujo texto, aliás, nem é dado a conhecer, que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores».

Legislação de trabalho

Picínio
16/9/36

INTERSINDICAL DENUNCIA PROPÓSITOS DO GOVERNO

«O Governo prepara-se para transformar o direito de participação dos trabalhadores numa consulta de fachada», acusa a Intersindical Nacional, em comunicado ontem emitido, a propósito da nota oficiosa do Ministério do Trabalho relativa à elaboração de diversas leis de trabalho.

A Intersindical considera que, «vinda no seguimento do discurso antipopular do Primeiro-Ministro, a nota oficiosa anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é dar concretização aos projectos de recuperação capitalista então expostos ao País».

Entre essas graves medidas, contam-se, segundo a Inter, os propósitos governamentais de «limitar ainda mais o direito de contratação colectiva», «facilitar os despedimentos sem justa causa», «impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo», «permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas» e «devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica».

Para legislar contra os interesses, direitos e conquistas

dos trabalhadores, o governo procura assim, através de «malabarismos verbais» e outros, violar «o direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legislação de trabalho», direito esse garantido pela Constituição.

«VIOLAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO»

«Enquanto a Constituição (Art.ºs 56 e 58) reconhece aos sindicatos e Comissões de Trabalhadores o direito de participar na elaboração da legislação do trabalho, vem o Ministério do Trabalho afirmar que esse direito só poderá ser exercido junto da Assembleia da República», prossegue o comunicado da Intersindical.

Ao mesmo tempo, o Ministério do dr. Marcelo Curto reconhece expressamente ao patronato o direito de intervir na elaboração das leis do trabalho, violando assim a Constituição, que só aos trabalhadores reconhece tal direito».

Finalmente, «há a referir

o prazo deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre oito projectos de tão grande importância, cujo texto, aliás, nem é dado a conhecer».

A «participação desorganizada e à margem da estrutura sindical» admitida pelo dr. Marcelo Curto, além de ser um «simulacro de participação», caracteriza-se ainda pelo seu conteúdo divisionista, destinando-se à «impedir que se realize a unidade dos trabalhadores» quanto às reivindicações a apresentar ao governo.

Repudiando a nota oficiosa do Ministério do Trabalho, a Intersindical Nacional defende «a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, através da estrutura sindical, e com proibição total de consulta ao patronato».

Esta participação «só responderá ao imperativo constitucional — salienta a Inter — se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso dos mesmos, manifestado através da estrutura sindical».

Intersindical acusa M. T. de violar a Constituição

DNOT - 16/9/1936

Num comunicado ontem distribuído, o Secretariado da Intersindical dá a conhecer a sua posição, em relação a nota oficiosa do Ministério do Trabalho, anteontem publicada, e relativa à elaboração de diversas leis de trabalho.

O Secretariado diz que o Ministério do Trabalho recorreu naquela nota «a malabarismos verbais com que pretende fundamentar a violação efectiva do direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legislação do Trabalho, que é garantido pela Constituição».

«O M. T. reconhece expressamente ao patronato o direito de intervir na elaboração de leis do trabalho, violando assim a Constituição, que só aos trabalhadores reconhece tal direito», acres-

centa o comunicado, que refere ser «deliberadamente curto» o prazo de 15 dias, dado pelo Ministério, «para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre oito projectos de tão grande importância, cujo texto aliás, nem é dado a conhecer, o que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores».

Depois de afirmar que «o Governo se prepara para transformar o direito de participação dos trabalhadores numa consulta de fachada, à boa maneira do extinto Ministério das Corporações», o Secretariado da Intersindical alerta para o «grave precedente, a partir do qual ficariam em perigo os principais direitos dos trabalhadores e das suas organizações».

Para Sá Carneiro DISCURSO DE SOARES FOI «INSUFICIENTE»

16/9/36

Mário Soares «foi corajoso nas palavras, tardio no diagnóstico e insuficiente na terapêutica», afirmou ontem Sá Carneiro, ao regressar de Londres, onde se deslocara para contactar com o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Clouman.

O secretário-geral do PPD afirmou, à chegada, ter conversado com Clouman acerca «das posições do PPD, da situação do país, da futura entrada de Portugal para o Mercado Comum e também dos governos» reaccionários dos Açores e da Madeira, a que chamou «sociais-democratas».

INTERSINDICAL «CONDENA SEVERAMENTE»

O Popular 16/9/26

O MINISTÉRIO DO TRABALHO PELOS PROJECTOS DE LEGISLAÇÃO

Do Secretariado da Intersindical recebemos o seguinte comunicado, de resposta à nota oficiosa do Ministério do Trabalho que publicámos na nossa edição de ontem:

1 — Vinda no seguimento do discurso antipopular do primeiro-ministro, a nota oficiosa anuncia a preparação de graves medidas, cujo objectivo é o de dar concretização aos projectos de recuperação capitalista então expostos ao País.

O Governo propõe-se legislar sobre matérias tão importantes para os trabalhadores, como são a contratação colectiva, os despedimentos, os contratos, a prazo, os direitos dos trabalhadores rurais, domésticos e estrangeiros, os saneamentos nas empresas e as empresas sob gestão operária e cooperativas.

A prática seguida pelo Governo, o discurso do primeiro-ministro e as declarações públicas do ministro do Trabalho fornecem, infelizmente, indicações seguras de que se pretende legislar contra os interesses, direitos e conquistas dos trabalhadores; que não se hesita em violar a Constituição; pretende-se limitar ainda mais o direito de contratação colectiva; facilitar os despedimentos sem justa causa; impedir a segurança de emprego através da generalização dos contratos a prazo; permitir a reintegração de fascistas saneados das empresas, devolver ao patronato empresas que os trabalhadores salvaram da sabotagem económica, etc.

Se assim não fosse, o Ministério do Trabalho não teria recorrido, na sua nota oficiosa, aos malabarismos verbais com que pretende fundamentar a violação efectiva do direito à participação organizada dos trabalhadores na elaboração da legislação do trabalho, que é garantido pela Constituição.

2 — Enquanto a Constituição (art. 56 e 58) reconhece aos sindicatos e comissões de trabalhadores o direito de participarem na elaboração da legislação do trabalho, vem o Ministério do Trabalho afirmar que esse direito só poderá ser exercido junto da Assembleia da República.

Porém, o Governo tem

competência para elaborar a legislação do trabalho ao abrigo de autorizações legislativas concedidas pela Assembleia da República, ou sobre matérias não reservadas à competência desta. É evidente que, com tal argumentação, o Ministério do Trabalho pretende afastar a intervenção organizada dos trabalhadores sempre que seja o Governo a tomar a iniciativa de elaborar leis do trabalho, como é o caso presente.

Não admira, pois, que a nota oficiosa apele a uma participação desorganizada, divisionista. Completamente à margem da estrutura sindical, para impedir que se realize a unidade dos trabalhadores sobre o conteúdo da legislação do trabalho a reivindicar perante os órgãos do Estado.

Por outro lado, o Ministério do Trabalho reconhece expressamente ao patronato o direito de intervir na elaboração das leis do trabalho, violando assim a Constituição que só aos trabalhadores reconhece tal direito. Deste modo, o próprio Governo dá lugar à violação da autonomia dos sindicatos perante o patronato, ao permitir a este interferir no exercício de direitos que só aos trabalhadores pertencem.

Neste simulacro de participação, há ainda a referir o prazo deliberadamente curto de 15 dias para as organizações de trabalhadores se pronunciarem sobre 8 projectos de tão grande importância, cujo texto, aliás, nem é dado a conhecer, que é demonstrativo da nula eficácia que o Governo reserva à participação dos trabalhadores.

3 — O Governo prepara-se para transformar o direito de participação dos trabalhadores, numa consulta de fachada, à boa maneira do extinto Ministério das Corporações. Prepara-se acintosamente para fazer letra morta da Constituição da República, neste ponto que responde a uma das mais significativas conquistas do 25 de Abril. Procura criar um grave precedente a partir do qual ficariam em perigo os principais direitos dos trabalhadores e das suas organizações.

Pelo seu lado, a Intersindical não deixará de defender a participação efectiva dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho, através da estrutura sindical, e com proibição total de consulta ao patronato. Essa participação só corresponderá ao imperativo constitucional se for reconhecido que nenhuma lei sobre os direitos dos trabalhadores poderá ser promulgada contra o desacordo expresso dos trabalhadores, manifestado através da estrutura sindical.

4 — O propósito grossei-

ro de violar a Constituição é patente ainda no facto de o Ministério do Trabalho vir agora afirmar, sem o menor reboço, que teria competência para elaborar as projectadas leis. O que é falso, pois todas elas dizem respeito a direitos fundamentais dos trabalhadores, matéria da competência exclusiva da Assembleia da República nos termos do art. 167, alínea c) da Constituição.

Sobre as matérias indicadas, o Governo só pode legislar com autorização da Assembleia da República, que não foi concedida. O próprio ministro do Trabalho Marcello Curto, anunciou publicamente a sua intenção, depois não concretizada, de pedir autorização legislativa precisamente sobre as mesmas matérias que agora pretende regular, o que não deixa dúvidas sobre a intenção de não respeitar os poderes da Assembleia da República.

5 — O Secretariado da Intersindical Nacional condena severamente mais esta decisão governamental contrária aos direitos dos trabalhadores, e manifesta o firme propósito de tudo fazer para que seja cumprida a Constituição, respeitada a Assembleia da República, e garantida a efectiva participação dos trabalhadores na elaboração das leis do trabalho.

Só a firme unidade dos trabalhadores e do movimento sindical no combate aos projectos anti-operários do Ministério do Trabalho e do Governo permitirá alcançar tais objectivos.»

Delegados têxteis do Porto alertam

16/9/76

CISÃO NO MOVIMENTO SINDICAL FACILITA A ADOÇÃO PELO GOVERNO DE MEDIDAS ANTI-OPERÁRIAS

«A tentativa de dividir o Movimento Sindical só favorece o patronato e enfraquece a classe trabalhadora. No momento em que se anunciam medidas, por parte do Governo, gravemente lesivas dos trabalhadores mais necessária se torna a unidade do Movimento Sindical. Com estas afirmações se inicia uma moção aprovada no último plenário dos delegados sindicais do sector têxtil, reunidos nas instalações do Círculo Católico do Porto.

O referido documento prossegue salientando: «A cisão do Movimento Sindical só serviria para dar possibilidade ao Governo de pôr em prática medidas anti-operárias. Assim, os delegados sindicais reunidos em plenário, repudiam qualquer tentativa divisionista, bem como qualquer ingerência do Governo na organização sindical e esperam que do próximo Congresso dos Sindicatos saia um reforço da Unidade à volta da sua Central Sindical Única — a Intersindical Nacional».

Outro documento aprovado repudia a acção dos bombistas, afirmando-se em dado passo da moção: «A condição de classe dos criminosos detidos mostra bem quem está interessado em provocar desordem, em atentar contra bens e pessoas — são os inimigos dos trabalhadores e duma Revolução feita para trabalhadores».

No capítulo informações foram prestados esclarecimentos sobre a situação de diversas empresas que lutam pela sobrevivência, sendo referidas a Fertex, Secotil, Cavada Nova, Gador e outras.

Entre os diversos pontos tratados durante o plenário, os delegados têxteis analisaram os decretos-lei n.ºs 511/76, 512/76 e 513/76 sobre previdência e a necessidade de serem postos em prática e trataram ainda de aspectos ligados ao Convívio Na-

cional dos Trabalhadores Têxteis a realizar no próximo domingo, dia 19 do corrente, em Souto do Rio, Agueda. Por último foi reconhecida a necessidade de reforçar a unidade dos trabalhadores daquele vasto sector com vista ao avanço na negociação do novo contrato colectivo agora em discussão.

★ ESTUCADORES DO PORTO REPUDIAM DESPEDITOS

Em reunião de delegados do Sindicato dos Operários Estucadores, Trolhas e Pintores do Distrito do Porto, foi aprovada uma moção de que reproduzimos o teor: «Continuando a verificar-se despedimentos abusivos, contrários aos Decretos-Lei 372A/75 e 54/76, entendem os delegados deste Sindicato e a exemplo dos responsáveis, nomeadamente do Ministério do Trabalho, para intervir energeticamente, castigando os seus prevaricadores e acima de tudo tomar medidas concretas e firmes no sentido de reprimir tais atentados ao direito ao trabalho e dignidade profissional».

★ EMPRESA TOMÉ FETEIRA: «BOAS RELAÇÕES DE TRABALHO»

A propósito de uma situação de conflito laboral atribuída à empresa de Limas União Tomé Feteira, Lda; de Vieira de Leiria, a lume na imprensa diária, a direcção da referida unidade industrial, conforme ofício, que nos dirigiu, declara que «alguns órgãos da comunicação social escritos e falados propalaram noticiário com imprecisão da razão social desta firma produtora de limas». O texto salienta ainda que «tal notícia porque não diz respeito à nossa firma Tomé Feteira está criando situação confusa e afecta grandemente o nosso prestígio. Na actualidade as relações de trabalho são boas».

PUB

SINDICATO 16/9/76

DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO E SERVIÇOS DO DISTRITO DE SANTARÉM

Rua 1.º de Dezembro, 64-2.º — Santarém

COMUNICADO

Alerta trabalhadores

Actualmente, o movimento sindical corre graves riscos de divisão, devido às lutas partidárias introduzidas no seio das organizações sindicais.

Foi e continua a ser notória e descarada a acção cupulista de determinadas Direcções Sindicais, no sentido de se apoderarem do órgão máximo dos trabalhadores, a sua Central, que para ser eficaz na defesa dos interesses dos trabalhadores, deve ser única.

Tem-se notado mesmo uma luta tenaz entre os vários interesses em presença. Cada um procura chamar a si o maior número de Sindicatos, para assim se apresentar com mais força nas negociações de gabinete. E tudo em nome da democracia e da defesa dos interesses e da unidade dos trabalhadores!

Mas, os trabalhadores não devem ter ilusões. No fundo, o que se procura é colher dividendos políticos e partidários, servindo-se dos trabalhadores.

Com estas atitudes, o que ambas as correntes têm feito e estão a fazer, é cavar cada vez mais, a divisão do movimento Sindical.

Nós perguntamos: Será com traíções aos trabalhadores e com negociações — ainda por cima nas suas costas — que se constrói a unidade no movimento Sindical? Será através de lutas partidárias, vendo só aquilo que os separa e esquecendo aquilo que os une, que os trabalhadores reforçam a sua unidade? A unidade do movimento Sindical só será possível quando os trabalhadores correrem com os traidores e impuserem a democracia nos seus órgãos de classe, e a partir da base, consciente, dinâmica, participativa.

Só os trabalhadores deverão ocupar, através de legítimos, honestos e sinceros representantes, os órgãos de união e defesa dos seus interesses, em luta e vigilância diária contra os exploradores, os oportunistas, para que assim reforcem a sua unidade e não se deixem ludibriar pela agitação de falsas bandeiras.

Estamos perante uma situação que devemos ser capazes de ultrapassar. Temos a responsabilidade histórica de sermos (ou não) coevos da unidade do movimento Sindical Português.

E atenção porque já não é só o Secretariado da Inter que se pretende criticar. É certo que muitas das acções da Inter foram sectárias e golpistas. Mas o que os inimigos dos trabalhadores pretendem é o desmantelamento de todo o movimento Sindical Português; é dividir os trabalhadores para os explorar sem oposição. E algumas das atitudes, como a dos signatários da chamada «carta aberta» não vêm senão favorecer os intuídos dos que desejam a divisão e o desmembramento dos trabalhadores. Essas atitudes favoreceram e favorecerão o crescimento de condições que permitem ao capitalismo e ao imperialismo semear a divisão dos Sindicatos; criar os Sindicatos paralelos e, se nós consentirmos, formar outras centrais Sindicais.

Só nós, trabalhadores, poderemos impedir que tal nos aconteça. Neste momento, ser revolucionário e verdadeiramente Sindicalista é opor-se à divisão do movimento Sindical, à cisão dos trabalhadores.

Com tudo o que atrás dissemos, julgamos bem alertar todos os trabalhadores contra as manobras traçoceiras que se estão a realizar nas suas costas.

Alertamos ainda os trabalhadores para que participem, activamente, nas discussões do Congresso e não deixem que sejam outros a discutir-lo.

Congresso feito com cada um dos trabalhadores, por cada um de nós, e não por cúpulas dirigidas, dirigistas ou iluminadas!

EM FRENTE DO CONGRESSO DEMOCRÁTICO!

EM FRENTE PELA UNIDADE DO MOVIMENTO SINDICAL!

Santarém, 8 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

Ainda o debate na TV

Auto 16/9/76

Apoio às intervenções de Vitor Gonçalves e José Gaspar

Um grupo de trabalhadores da «Cometa» — Lisboa, «cientes de interpretar o verdadeiro sentir da grande maioria dos trabalhadores portugueses», enviaram-nos um comunicado apoiando incondicionalmente as intervenções de José Luis Gaspar e Vitor Gonçalves, representantes dos sindicatos democráticos e da «Redacção da Carta Aberta» no debate televisivo com «os representantes do antidemocrático, sectário e golpista secretariado da Intersindical». Estes trabalhadores viram naqueles intervenientes os porta-vozes interessados «na verdadeira unidade no movimento sindical e na revogação imediata da famigerada lei da unicidade sindical imposta pelo Estado; na era do golpismo gonçalvista, como é feito nos Estados totalitários». A este respeito o comunicado acrescenta: «Só, e a partir daquela lei que reprime e restringe os direitos dos trabalhadores, será então possível a construção da ambicionada central sindical única, autónoma, democrática, livre e independente».

Os subscritores denunciam «o sectarismo e o paternalismo evidenciados pelos representantes da Intersindical, teimando nas suas posições demagógicas, dividindo ainda mais o já dividido movimento sindical português» e exigem a presença dos órgãos de comunicação social em todas as reuniões sindicais, para que os trabalhadores sejam informados do modo como os seus problemas são defendidos. Por último, criticam a RTP pelo pouco tempo de emissão «dedicado a tão importante debate».

SINDICATO DOS BANCÁRIOS DO SUL E ILHAS

Reunião Geral de Delegados Sindicais CONVOCATÓRIA

Convocam-se todos os Delegados Sindicais, da Zona deste Sindicato, para uma Reunião Geral de Delegados a realizar nos dias 27 e 28 de Setembro, com início às 14 horas de 27/9/76, na União das Associações de Comerciantes do Distrito de Lisboa, Rua Castilho, 14, em Lisboa, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — C. C. T. (Ponto da Situação)
- 2 — Congresso Democrático de todos os Sindicatos para a Unidade
- 3 — S. A. M. S.

Lisboa, 14 de Setembro de 1976.

Pel'A Direcção
(Assinatura ilegível)

Comissões de delegados apoiam direcção dos Bancários como membro da «Carta aberta»

deute
16/9/76

As comissões sindicais de delegados do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas manifestaram o seu apoio à respectiva direcção sindical como membro da Comissão de Redacção da Carta Aberta.

Com efeito, na reunião que ontem se realizou na sede do Sindicato, foi aprovada uma moção onde se afirma que as comissões sindicais de delegados decidiram «apoiar a direcção do nosso sindicato como membro da Comissão de Redacção da Carta Aberta e empenhada na luta pela unidade sindical», ao mesmo tempo que não reconhece a comissão provisória saída da reunião do dia 4 «pois o objectivo desta, é a realização do II Congresso da Intersindical e não, como é óbvio, o Congresso de todos os sindicatos para a unidade».

Nos considerandos da moção, e após classificar o Congresso como «a via para a unidade donde possa surgir a central sindical única, democrática e independente», reconhece-se que «no essencial as posições defendidas

pela Comissão de Redacção da «Carta Aberta» são correctas, pois apontam para que a composição da comissão nacional organizadora do Congresso salvaguarde a Integração de todas as correntes do movimento sindical português em termos de uma paridade efectiva, condição básica para a unidade de todos os trabalhadores».

As 22 comissões sindicais de delegados (existem na área 25 bancos) presentes na reunião analisaram durante mais de dez horas o crédito à habitação, a reestruturação da banca e o congresso dos sindicatos.

Entretanto, e respondendo à metodologia proposta pela direcção do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, realizam-se esta tarde reuniões gerais de trabalhadores no Banco Português do Atlântico, Viseense e Sotto Mayor, fazendo parte da agenda a discussão do Congresso dos Sindicatos, tema que deverá constituir igualmente ordem de trabalhos de uma próxima Assembleia Geral do Sindicato a ter lugar brevemente.

Capital
16/9/76

PUBLICIDADE

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS COMUNICADO

A TODOS OS TRABALHADORES DO DISTRITO DE LISBOA, INDEPENDENTEMENTE DA SUA PROFISSÃO

Em sequência das decisões da Reunião Geral de Sindicatos, do dia 4 de Setembro, realizada no Instituto Superior Técnico, que contou com a presença de 170 direcções sindicais, reunião essa, onde foi eleita a Comissão Nacional Organizadora Provisória do Congresso — C. N. O. P. C. — veio a realizar-se uma reunião com os Sindicatos do Distrito de Lisboa, filiados e não filiados na Intersindical Nacional. Nesta reunião, elegeu-se uma Comissão Dinamizadora Distrital — C. D. D. — com abertura a todos os sindicatos existentes no Distrito, que queiram participar na Dinamização do Congresso de Todos os Sindicatos Portugueses, pela unidade dos trabalhadores e pela reestruturação da Central Única dos Trabalhadores Portugueses.

Tem a Comissão Dinamizadora Distrital — C. D. D. — como principal objectivo a discussão democrática de todos os problemas inerentes à realização do Congresso. A sua missão é só esta, e não para decidir seja o que for, em vez dos trabalhadores e dos seus sindicatos, mas para ajudar a criar as condições para que TODOS os trabalhadores e TODOS os Sindicatos possam participar na preparação do Congresso, assegurando o reforço da democracia sindical, já que só aos trabalhadores cabe a discussão e decisão do futuro do Movimento Sindical Português.

Assim, a Comissão Dinamizadora Distrital — C. D. D. — que já está a realizar reuniões em várias empresas e zonas, apela a todos os trabalhadores, seja qual for a sua profissão, a marcarem reuniões (nas fábricas, nos escritórios, no campo, etc.) para debate de todos os problemas respeitantes à realização do Congresso, e a pressionarem as suas direcções sindicais a participarem nesses debates, pois só assim a discussão será aberta, ampla e democrática, e não como tem sido prática de algumas direcções sindicais, que têm utilizado os mais diversos artifícios que só provocam atritos e desentendimentos entre os trabalhadores.

- PELO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES
- PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES

A COMISSÃO DINAMIZADORA DISTRITAL DE LISBOA

Lisboa, 16 de Setembro de 1976.

A Comissão Dinamizadora Distrital funciona na U. S. L., Rua Victor Cordeon, 1-2.º — Lisboa.

PUBLICIDADE

Lejan
16/9/76

SINDICATO DOS ELECTRICISTAS DO NORTE CONVOCATÓRIA

Nos termos da art. 33.º dos Estatutos do Sindicato dos Electricistas do Norte, convoca-se todos os associados do Sindicato, para uma Assembleia Geral a realizar no próximo dia 2 de Outubro, às 15 horas, no Pavilhão do Estádio das Antas, com a seguinte ORDEM DE TRABALHOS:

- 1 — ANÁLISE E DECISÃO SOBRE PROPOSTAS DE ALTERAÇÃO DA ALÍNEA E) DO ART. 12.º E ART. 66.º DOS ESTATUTOS DO SINDICATO;
- 2 — ANÁLISE DA PREPARAÇÃO DO CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES PELA UNIDADE DOS TRABALHADORES.

NÃO FALTES!

VÃO SER TRATADOS PROBLEMAS FUNDAMENTAIS PARA TODOS NÓS!

Porto, 16 de Setembro de 1976.

O presidente da Assembleia Geral,

a) MANUEL CARVALHO DA SILVA

Sindicato dos Capitães, Oficiais Pilotos, Comissários e Radiotécnicos da Marinha Mercante

Lejan
16/9/76

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS CONVOCATÓRIA

Efectua-se no próximo dia 8 de Outubro, sexta-feira, pelas 21 horas, uma Reunião Geral de Sócios, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9-1.º, Dt.º, em Lisboa — com a seguinte ordem de trabalhos:

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES

- 1 — Informações;
- 2 — Projecto de regulamento.

Lisboa, 14 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

SINDICATO DOS TELEFONISTAS E OFÍCIOS CORRELATIVOS DO NORTE CONVOCATÓRIA

Ao abrigo da alínea b) do art. 33.º dos estatutos, convocam-se todos os associados deste Sindicato para uma Assembleia Geral Extraordinária a realizar no dia 23 do corrente, pelas 17h30, na Faculdade de Engenharia, à Rua das Bragas, com a seguinte ordem de trabalhos:

- CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PARA A UNIDADE
- ANÁLISE AO DECRETO-LEI DA CONTRATAÇÃO COLECTIVA

O presidente da Assembleia Geral,

a) MANUEL ANTÓNIO RODRIGUES FERREIRA

PUBLICIDADE

SINDICATO DOS CAPITÃES OFICIAIS PILOTOS, COMISSÁRIOS E RADIOTÉCNICOS DA MARINHA MERCANTE

REUNIÃO GERAL DE SÓCIOS CONVOCATÓRIA

Efectua-se no próximo dia 8 de Outubro, sexta-feira, pelas 21 horas, uma Reunião Geral de Sócios, na sede do Sindicato — Praça de D. Luís, 9, 1.º-Dt.º, em Lisboa — com a seguinte ordem de trabalhos:

CONGRESSO DE TODOS OS SINDICATOS PORTUGUESES:

- 1 — Informações;
- 2 — Projectos de regulamento.

Lisboa, 14 de Setembro de 1976

A DIRECÇÃO

Capital
16/9/76

Lejan
16/9/76